

The background of the entire cover is an aerial photograph of a city, likely São Paulo, taken at dusk or dawn. The city's dense urban landscape, with numerous high-rise buildings, is visible under a deep blue sky. In the upper portion of the image, there are large, overlapping circular shapes in shades of blue and white, which frame the logo and part of the title.

Relatório da Administração

Exercício de 2022

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Cielo”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado” ou “Grupo Cielo”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo, das controladas diretas e indiretas: Cateno, Servinet, Aliança, Paggo, Stelo, Cielo USA, Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (FICs), MerchantE (vendida em abril de 2022), M4U (M4Produtos e Multidisplay, vendidas em novembro de 2021) e Orizon (até janeiro de 2021).

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, os ativos e passivos da controlada no exterior, originalmente denominada em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada exercício, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido da Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Os valores estão apresentados em milhões de reais, exceto onde indicado de outra forma.

Conforme nota explicativa nº 27 das demonstrações contábeis consolidadas no exercício de 2022 foram registrados ganhos líquidos não recorrentes. A venda da participação na MerchantE, imparidade de *software* de sistemas legados, a reestruturação do canal lojas Cielo e a descontinuidade de terminal de captura (LIO V2) foram os eventos reportados e ocorridos no exercício.

Conforme facultado na Instrução Normativa BCB nº 236/22, a Cielo optou por manter a apresentação do Relatório da Administração baseado nas demonstrações contábeis preparadas em COSIF de forma consistente com as divulgações de exercícios anteriores.

A seguir, apresentamos abaixo a reconciliação entre as práticas contábeis COSIF e IFRS do patrimônio líquido e do resultado consolidado no exercício de 2022:

Reconciliação entre as práticas contábeis COSIF e IFRS (R\$ milhões)	Patrimônio líquido	Lucro Líquido Consolidado
Saldos em COSIF - 2022	21.122,4	1.872,7
Ágios em controladas no exterior (a)	-	(158,7)
Participação de terceiros em Fundos de Investimento (b)	(7.327,9)	-
Outros	22,3	0,6
Saldos em IFRS - 2022	13.816,8	1.714,6

- (a) Diferença de prática contábil no registro de ágios. Em IFRS, o ágio é mantido a valor histórico e em COSIF amortizado pelo prazo estimado do benefício. Para o exercício de 2022, o impacto no lucro líquido é relativo à realização do ágio após a venda da MerchantE.
- (b) Participações de terceiros em FIDCs e em FICs, anteriormente apresentadas no passivo circulante e não circulante, conforme Instrução Normativa BCB nº 272/22 passaram a ser registradas diretamente no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de “acionistas não controladores” em COSIF.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Cielo tem a satisfação de apresentar as demonstrações contábeis e o resultado reportado pela Cielo em 2022. O ano que passou foi um marco em nosso processo de transformação, com melhorias disseminadas na operação, aceleração da trajetória de recuperação de resultados e avanços na qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes.

O ano começou com perspectivas desafiadoras. As expectativas do mercado, divulgadas pelo boletim FOCUS do Banco Central ao início do ano, projetavam crescimento econômico próximo de zero, reflexo das incertezas relacionadas à recuperação das economias local e global no pós-COVID.

Contudo, a economia brasileira mostrou capacidade de recuperação. Crescimento superior ao previsto e retomada do setor de serviços foram reportados, assim como queda das taxas de desemprego. Enquanto escrevemos esta mensagem, as perspectivas do mercado sinalizam crescimento do PIB da ordem de 3% para o exercício.

No nosso principal mercado, a indústria de cartões seguiu a tendência de aumentar sua participação sobre o consumo. Deverá, inclusive, superar as expectativas de mercado anunciadas no início do ano.

O resultado da Cielo foi impulsionado pelo contexto do mercado de cartões, e, principalmente, pelos benefícios relacionados à ampla agenda de transformação que temos implementado na Cielo.

Ao longo dos últimos anos, a Cielo reforçou sua capacidade de competir no disputado mercado brasileiro de pagamentos, possível graças a melhorias em canais, operações e inteligência analítica. Em 2022, processamos R\$ 872 bilhões em transações de cartões de crédito e débito (TPV), maior patamar histórico, e com crescimento de 22% sobre o ano anterior. Registramos ganhos de participação de mercado sequenciais entre o quarto trimestre de 2021 e o terceiro trimestre de 2022, segundo dados mais recentes disponíveis sobre o mercado de cartões da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS).

Também avançamos na expansão dos negócios com produtos de prazo, soluções que permitem aos nossos clientes gerenciar melhor seu fluxo de caixa, e receber os valores das suas vendas com cartões de crédito em até dois dias úteis. O capital alocado pela Cielo nesses negócios chegou a R\$ 18,6 bilhões ao final de 2022, expansão de 51% em comparação com o ano anterior.

Implementamos uma forte disciplina em custos, o que permitiu à Cielo assumir uma posição diferenciada no mercado em termos de eficiência operacional. Mesmo com investimentos realizados na transformação do negócio e, recentemente, na expansão comercial, a relação entre os gastos totais e o TPV ficou em 0,56% no ano, menor patamar da série histórica, e posição de destaque em relação a nossos pares listados em bolsa.

Concluímos em 2022 uma bem-sucedida estratégia de desinvestimentos. Dessa forma, simplificamos a estrutura da Cielo, o que nos possibilitou canalizar o foco da administração ao negócio de pagamentos no Brasil e uma adição de R\$ 1,3 bilhão em recursos ao caixa.

A junção das melhorias operacionais e da agenda de desinvestimentos também permitiu à Cielo apresentar importante melhora em indicadores financeiros como a margem EBITDA recorrente, que atingiu 35%, e margem líquida recorrente, que atingiu 14%, ante 7% em 2021.

O lucro líquido encerrou o ano em R\$ 1,6 bilhão, crescimento de 62% em relação a 2021. Trata-se do maior resultado desde 2018. Em bases recorrentes, reportamos resultado de R\$ 1,5 bilhão, expansão de 79% sobre o ano anterior.

A retomada do crescimento se deu em bases sólidas. Houve melhorias na operação, refletidas diretamente na qualidade do atendimento percebida por nossos clientes. Reduzimos o tempo para entrega e manutenção de terminais, aumentamos a penetração de canais digitais e melhoramos a satisfação com o serviço prestado por nosso *contact center*. No ano, a Cielo investiu R\$ 274 milhões em iniciativas do seu programa de transformação, com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Os avanços do processo de transformação têm sido reconhecidos por diferentes *stakeholders*. As ações da Cielo apresentaram a maior valorização do IBOVESPA no ano. Além disso, captamos R\$ 3 bilhões por meio de debêntures, em uma das emissões com menores spreads sobre a taxa DI do ano no Brasil, o que mostra a solidez da Cielo e como é percebida pelos agentes do mercado. Por sua vez, a força da nossa marca foi reconhecida pelo *Top of Mind*, em parceria com a “Folha de São Paulo”. A Cielo é a mais lembrada do Brasil na categoria de “maquininha de pagamento”.

Não seria possível obter tantas conquistas sem a dedicação e engajamento do time em todos os cantos do país. Buscamos valorizar as pessoas, base da nossa organização, e isso tem se materializado em resultados. Houve melhora no e-NPS e fomos eleitos pelo *Great Place to Work* (GPTW) como uma das melhores empresas para se trabalhar no país.

No capítulo ESG, a Cielo foi reconhecida por diferentes atores, com destaque para um crescimento do score no CDP – *Carbon Disclosure Project* – de C para B, em linha com nossos esforços para neutralizar nossas emissões diretas e aprimorar a gestão de riscos climáticos.

Esses fatos mostram a solidez da empresa e de sua marca, bem como o compromisso de todos na organização com a sustentabilidade do negócio, com as melhores práticas de governança e a responsabilidade com as pessoas e o meio ambiente.

Motivados pelo que conquistamos em 2022, chegamos a 2023 cientes dos desafios que se apresentam no mercado de pagamentos e empenhados no propósito de construir uma empresa cada vez melhor.

Agradecemos toda a dedicação do nosso time, a confiança de nossos clientes, acionistas e parceiros.

DESTAQUES 2022

- O volume financeiro de transações capturadas pela Cielo totalizou R\$ 872,0 bilhões, acréscimo de 22,2% ou R\$ 158,6 bilhões em relação a 2021.
- A receita líquida consolidada totalizou R\$ 10.693,1 milhões, redução de 8,5% ou R\$ 992,4 milhões em relação a 2021. Desconsiderando para fins de comparabilidade a consolidação das controladas alienadas MerchantE (abril de 2022) e M4U (novembro de 2021), houve um aumento de R\$ 1.925,7 milhões ou 22,0%.
- As receitas de aquisição de recebíveis (ARV), consolidadas, totalizaram R\$ 938,5 milhões, um aumento de 130,8% ou R\$ 531,9 milhões em relação a 2021.
- Os gastos totais consolidados (custos e despesas, desconsiderando a equivalência patrimonial) atingiram R\$ 7.852,1 milhões, redução de 22,3% ou R\$ 2.258,1 milhões em relação a 2021. Desconsiderando para fins de comparabilidade a consolidação das controladas alienadas MerchantE (abril de 2022) e M4U (novembro de 2021), houve um aumento de 632,1 milhões ou 8,8%.
- O lucro líquido da Cielo totalizou R\$ 1.569,5 milhões, aumento de 61,7% ou R\$ 599,0 milhões em relação a 2021. O lucro líquido recorrente do exercício totalizou R\$1.479,7 um aumento de 78,6% ou R\$ 651,4 milhões em relação aos R\$ 828,3 milhões em 2021 (conforme nota explicativa nº 27).
- O EBITDA consolidado, totalizou R\$ 3.815,6 milhões, aumento de 42,6% ou R\$ 1.139,0 milhões em relação a 2021. O EBITDA recorrente totalizou R\$3.724,8 um aumento de 47,8% ou R\$ 1.205,3 milhões em relação a 2021.

DESEMPENHO OPERACIONAL 2022

Volume Financeiro de Transações

Em 2022, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 872,0 bilhões, um acréscimo de 22,2% ou R\$ 158,6 bilhões em relação a 2021.

Especificamente com cartões de crédito (à vista e parcelado), o volume financeiro totalizou R\$ 517,2 bilhões em 2022, um aumento de 27,2% em relação a 2021. Na modalidade débito, o volume financeiro totalizou R\$ 354,8 bilhões em 2022, um aumento de 15,7% em relação a 2021.

Adicionalmente, a Cielo capturou 8,3 bilhões de transações em 2022, um acréscimo de 22,3% em relação a 2021.

DESEMPENHO FINANCEIRO 2022

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$ 10.693,1 milhões em 2022, representando uma redução de 8,5% ou R\$ 992,4 milhões em relação a 2021. Desconsiderando o impacto da não consolidação após a venda da MerchantE (abril de 2022) e da M4U (novembro de 2021), houve um aumento de R\$1.925,7 milhões ou 22,0%.

O principal impacto do aumento está relacionado ao crescimento do volume capturado que impacta a (i) receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações, (ii) a receita do serviço de Pagamento em 2 dias na Cielo, e (iii) a receita de intercâmbio do arranjo Ourocard na Cateno. Além disso, o reposicionamento de preços na Cielo, em razão de alterações macroeconômicas e no ambiente competitivo.

Custo dos Serviços Prestados

O **custo dos serviços prestados** consolidado totalizou R\$ 6.268,8 milhões em 2022, representando uma redução de R\$ 2.018,5 milhões, ou 24,4% em comparação a 2021. Entretanto desconsiderando a não consolidação das controladas MerchantE e M4U, houve um aumento de R\$ 501,6 milhões ou 8,7%. A variação decorre substancialmente dos seguintes eventos:

- (i) Redução de R\$ 1.607,9 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada Cielo USA** decorrente da venda da MerchantE em abril de 2022;
- (ii) Redução de R\$ 1.010,0 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada M4U** decorrente de sua venda em novembro de 2021;
- (iii) Aumento de R\$ 317,0 milhões ou 16,8% nos **custos relacionados à captura, processamento e liquidação de transação da Cielo** relacionados ao aumento de volumetria (aumento de 22%), principalmente em *fee* de bandeiras e serviços de processamento de transações, compensado parcialmente por ações de eficiência em gastos no exercício de 2022;
- (iv) Aumento de R\$ 212,0 milhões ou 10,2% nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, relacionada ao aumento dos custos com *fee* de bandeira em função do aumento na volumetria em 2022 (aumento de 14,5%), compensado parcialmente por menores custos com *embossing* e postagem de cartões e ações de eficiência em gastos no exercício de 2022;
- (v) Aumento de R\$ 70,4 milhões ou 5,9% nos **custos vinculados aos equipamentos e outros custos** em relação a 2021, que decorre principalmente do reflexo do aumento na depreciação e amortização relacionadas às novas aquisições de terminais de captura, software e aumento de investimentos nos portfólios de projetos que visaram o desenvolvimento de novos produtos e melhoria na qualidade do serviço à clientes, além de maiores gastos com suprimentos e manutenção de equipamentos de captura de transações, parcialmente compensado por ações de eficiência em gastos no exercício de 2022.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 1.583,3 milhões em 2022, apresentando uma redução de R\$ 239,0 milhões, ou 13,1% quando comparadas com R\$ 1.822,3 milhões em 2021. Desconsiderando a não consolidação das controladas MerchantE e M4U, houve um aumento de R\$ 131,1 milhões ou 9,8%. A variação decorreu principalmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - Aumento de R\$ 129,7 milhões ou 14,7% para R\$ 1.014,9 milhões em 2022 comparadas com os R\$ 885,2 milhões em 2021. Entretanto, desconsiderando a não consolidação das controladas MerchantE e M4U o aumento foi de R\$258,7 milhões ou 35,9% relacionado aos impactos do acordo coletivo e maiores gastos decorrentes principalmente da expansão do time comercial.

Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação – Redução de R\$ 53,7 milhões ou 13,8% para R\$ 335,6 milhões em 2022 comparadas com os R\$ 389,3 milhões em 2021. Entretanto, desconsiderando a não consolidação das controladas MerchantE (abril de 2022) e M4U (novembro de 2021), o aumento é principalmente decorrente de serviços administrativos, que em 2021 foram menores que o histórico dado a efeitos da pandemia e em 2022 cresceram em razão da expansão da força comercial.

Despesas de vendas e marketing – Redução de R\$ 79,7 milhões ou 33,9% para R\$ 155,6 milhões em 2022 comparadas com os R\$ 235,3 milhões em 2021. Entretanto, desconsiderando a não consolidação das controladas MerchantE (abril de 2022) e M4U (novembro de 2021) o aumento foi de R\$34,6 milhões ou 44,7% decorrente majoritariamente de efeito baseline, dado o baixo patamar de despesas em 2021, o crescimento de ações de mídia entre os exercícios e o retorno de eventos presenciais durante o ano de 2022.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas – Redução de R\$ 236,0 milhões para R\$ 77,2 milhões em 2022 quando comparadas com R\$ 313,2 milhões em 2021, a variação decorre principalmente de menores gastos com expectativa de perdas com créditos incobráveis tanto na Cielo quanto na Cateno, bem como, decisões favoráveis em processos judiciais que possibilitam reversão de provisão para contingências. Além disso, ganhos relacionados a estratégia da Cielo como a venda da controlada MerchantE, compensados parcialmente pelas perdas descontinuidade de terminais de captura - LIO V2, imparidade de software legado, além de efeito baseline referente ao ganho na venda da controlada M4U em 2021.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$ 384,3 milhões de despesa em 2022, representando uma variação de 415,8% ou R\$ 309,8 milhões em relação a 2021, que registrou uma despesa de R\$ 74,5 milhões. As principais variações no resultado financeiro são:

Receitas financeiras – Aumento de R\$ 143,2 milhões ou 44,1% para R\$ 467,6 milhões em 2022 comparadas com os R\$ 324,4 milhões em 2021, relacionado à maior taxa média do CDI em 2022 sobre aplicações financeiras, compensado parcialmente pelo menor saldo médio aplicado.

Despesas financeiras – Aumento de R\$ 917,6 milhões ou 114,0% para R\$ 1.722,6 milhões em 2022 comparadas com os R\$ 805,0 milhões em 2021, relacionado substancialmente à maior taxa média do CDI.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – Aumento de R\$ 531,9 milhões ou 130,8% para R\$ 938,5 milhões em 2022 comparadas com os R\$ 406,6 milhões em 2021, relacionado ao aumento no volume de aquisição de recebíveis e do aumento na remuneração média praticada no exercício de 2022.

Variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquida – Totalizou perda de R\$ 67,8 milhões em 2022, representando uma variação de R\$ 67,3 milhões, quando comparada com a perda de R\$ 0,5 milhão em 2021. A perda da variação cambial em 2022 está substancialmente relacionada ao impacto líquido dos instrumentos financeiros contratados para proteger passivo indexado à moeda estrangeira liquidados em novembro de 2022, bem como impactos da depreciação da moeda sobre aplicações financeiras e recebíveis denominados em moeda estrangeira.

EBITDA

O EBITDA consolidado totalizou R\$ 3.815,6 milhões em 2022, representando um aumento de 42,6% em relação a 2021 conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	2022	2021
Lucro Líquido Cielo	1.569,5	970,5
Acionistas não controladores	303,3	188,0
Resultado Financeiro Líquido	384,3	74,5
Imposto de Renda e Contribuição Social	584,0	342,9
Depreciação e Amortização	974,5	1.100,7
EBITDA	3.815,6	2.676,6
% Margem EBITDA	35,7%	22,9%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Cielo é acrescida a participação de acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício, em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95 artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Investimentos em coligadas, *joint venture* e controladas

A Cielo possui investimentos em empresas coligadas, *joint ventures* e controladas em importantes áreas de negócios. O valor dos investimentos das principais empresas do grupo está demonstrado na tabela abaixo:

Empresas	Investimento		Equivalência Patrimonial	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Servinet	72,0	48,6	23,2	13,5
Cateno	6.687,2	7.222,3	707,5	438,7
Cielo USA	4,4	-	80,2	(167,6)
Aliança	5,6	255,9	48,2	65,6
Stelo	278,6	69,8	54,0	17,7
Multidisplay	-	-	-	9,3
Orizon	-	-	-	0,7

Além dos investimentos acima, a Cielo possui participação na *joint venture* Paggo e nos fundos de Investimento FIDCs.

Em 2022, a Cielo realizou a venda da controlada indireta MerchantE por meio da controlada Cielo USA. Em 2021 a Cielo realizou a venda da controlada Multidisplay e Orizon, conforme nota explicativa nº 9.

Alterações Societárias

Em 27 de julho de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração o processo de reorganização societária do Grupo Cielo e após conclusão dos trâmites legais em novembro de 2022, a Cielo passou a deter participação direta na Stelo S.A. de 99,99%, resultado da entrega de participação detida pela controlada Aliança Pagamentos e Participações Ltda. A controlada Servinet Serviços Ltda. permanece com participação direta de 0,01%. A reorganização societária tem por finalidade simplificar a estrutura organizacional, bem como proporcionar redução de custos e melhoria de resultados decorrente da melhor organização operacional e administrativa do grupo econômico, visando dar maior agilidade e eficiência na condução dos negócios.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Cielo, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Cielo. Para tanto, a Cielo adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"),

evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio: (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Área de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e os comitês/fóruns de assessoramento da Cielo e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Executiva, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações através do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses (“Política TPR”); (i) da existência do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Cielo, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Cielo e publicamente divulgado em seu site de Relações com Investidores.

Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu a Política TPR, que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Cielo envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Cielo, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa, sendo revista em julho de 2021 para aderir às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, o qual é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Com relação à aprovação das transações com partes relacionadas, compete ao Comitê de Governança Corporativa avaliar a transação (o negócio e sua justificativa), bem como a documentação que demonstre que a respectiva transação será realizada em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais que tenham sido efetivamente obtidas de terceiros independentes e pesquisas de mercado sobre preços e outras condições em operações similares). Não obstante o envio desta documentação, nas hipóteses em que o referido Comitê julgar necessário, deverão ser apresentados um estudo, relatório ou laudo de avaliação independente elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na TPR, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros, a respeito da comutatividade dos termos da transação. Após análise, o Comitê de Governança Corporativa recomendará ou não o tema para deliberação do Conselho de Administração da Cielo, que terá acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa, quando convocado para avaliar propostas de transações com partes relacionadas realizadas entre a Cielo e qualquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, será composto por todos os conselheiros independentes, devendo referidos conselheiros serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros *ad hoc* do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros do Comitê que não estiverem conflitados.

Ademais, uma pessoa em posição de conflito (i) a priori, não participará das reuniões ou (ii) se estiver presente em razão de outros assuntos pautados, deverá se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em

deliberação sobre negociar, avaliar, opinar ou de qualquer outra forma participar ou influenciar na condução ou aprovação da respectiva matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, a Pessoa-Chave poderá participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive e sobretudo do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não esteja(m) em posição de conflito quando a matéria que for objeto de deliberação se referir a questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, deverá ser composto por no mínimo 07 (sete) e no máximo 12 (doze) membros, conforme deliberado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGEO”) realizada em 27 de abril de 2022. Os membros do Conselho não exercem função executiva na Cielo. A Cielo conta com 04 (quatro) membros independentes conforme deliberado na AGEO de 27 de abril de 2022. A independência visa especialmente resguardar os interesses da Cielo e de acionistas não controladores. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Cielo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar a sua gestão. Atualmente, a Diretoria Executiva da Cielo é composta por, no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 11 (onze) membros e exerce a administração geral da Cielo, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Cielo às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 06 (seis) Comitês de Assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria Executiva possui 09 (nove) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum Estratégico de Precificação, Fórum de Diversidade, Fórum de Inovação, Fórum de Produtos e Serviços, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Prevenção à Fraude e Fórum de Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros titulares e 05 (cinco) membros suplentes, sendo, dentre os membros titulares, 04 membros indicados pelos acionistas controladores e 01 (um) membro independente indicado por acionistas não controladores.

Gestão de sustentabilidade

A Cielo está comprometida com a sustentabilidade, diversidade e responsabilidade corporativa. As ações da Cielo para o desenvolvimento sustentável se dão por meio da Política de Sustentabilidade, que estabelece diretrizes para adoção de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Para estruturar o atingimento desses compromissos, a Companhia estabeleceu um Planejamento Estratégico de Sustentabilidade. Aprovado pelo Comitê de Sustentabilidade e, em linha com os Objetivos Estratégicos da Cielo, o planejamento traduz o Propósito e Visão da Cielo sob a ótica de sustentabilidade, estabelecendo como Propósito de Sustentabilidade ‘potencializar negócios sustentáveis e inclusivos com todas as pessoas’ e a Visão de Sustentabilidade em ‘ser uma plataforma para o desenvolvimento sustentável do mercado brasileiro’.

A execução do planejamento é acompanhada periodicamente pelo Comitê de Sustentabilidade, que reporta seu progresso ao Conselho de Administração.

Tal planejamento estabelece as diretrizes da Cielo para a Sustentabilidade – compreendendo Operações Sustentáveis, Impacto com o Negócio e Desenvolvimento da Sociedade. Nesse contexto, foram estruturados cinco temas estratégicos para a geração de valor, sendo eles: (a) Diversidade, Equidade & Inclusão; (b)

Inovação & Negócios para Impacto Social; (c) Ecoeficiência & Estratégia para o Clima; (d) Gestão, Riscos e Transparência em ESG; e (e) Engajamento para Impacto.

A seguir, são apresentadas maiores informações e destaques em cada um dos temas estratégicos para a geração de valor:

(a) Diversidade, Equidade & Inclusão

A fim de guiar nossas ações relacionadas ao tema, possuímos uma Política de Diversidade e Inclusão, que tem como principal objetivo estabelecer as diretrizes e governança para a promoção da diversidade e inclusão na representatividade e na cultura corporativa.

O tema é objeto de atenção da alta administração por meio do Fórum de Diversidade, que discute a importância estratégica do tema e é coordenado pelo Presidente da Cielo. Seu principal objetivo é discutir, deliberar e assessorar a Diretoria Executiva na tomada de decisão. Os debates do Fórum de Diversidade são levados ao Comitê de Sustentabilidade, o que permite um ganho de visibilidade do tema âmbito do Conselho de Administração.

No primeiro trimestre de 2022, a Cielo anunciou metas de representatividade que objetivam tornar o quadro de colaboradores mais diverso e representativo até 2025. As metas foram aprovadas no âmbito do Conselho de Administração da Cielo. Até 2025, o número de mulheres no quadro geral das equipes deverá representar 45% do total. Além disso, os profissionais negros e indígenas deverão corresponder a 35% do efetivo.

(b) Inovação & Negócios para Impacto Social

Em 2022, a Cielo realizou a 5ª edição do Programa de Mentoria para Startups, com foco somente em Startups de Impacto: negócios que tem como objetivo resolver problemas sociais e ambientais através de tecnologia e preocupados com o seu impacto gerado. Foram selecionadas 10 startups que participaram de sessões de mentoria com 20 líderes da Cielo.

(c) Ecoeficiência & Estratégia para o Clima

Os aspectos e impactos ambientais de nossas operações são avaliados e monitorados pelo nosso Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela norma ISO14.001. Tal sistema de gestão ambiental passa anualmente por auditorias internas e externas visando a manutenção ou recertificação nos requisitos da norma. A Cielo possui uma Estratégia Climática, validada e acompanhada pelo Comitê de Sustentabilidade, que orienta as ações quanto à governança climática, gestão de riscos e oportunidades, contabilização de emissões, metas e engajamento com a cadeia de valor.

Informações sobre a gestão de mudanças climática são apresentadas no índice *Carbon Disclosure Project* (CDP) – Clima. A Cielo possui nota “B” no referido índice, o que atesta que Cielo está endereçando de forma coordenada ações sobre questões climáticas. Também vale destacar que a Cielo integra o Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3.

(d) Gestão, Riscos e Transparência em ESG

A Cielo integra a carteira 2023 do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), pelo décimo ano consecutivo. Esse reconhecimento é o resultado de uma sólida estratégia que reflete nosso compromisso e foco com as boas práticas ESG.

Desde julho de 2022, o processo de avaliação ESG de fornecedores da Cielo evoluiu com a incorporação de uma régua de criticidade socioambiental, conforme classificação de fornecedores, e com a inclusão de um módulo dedicado à Diversidade e Inclusão, que conta com treinamento e testes deste tema. Como parte deste processo, 100% dos fornecedores críticos foram auditados com base em critérios ESG.

(e) Engajamento para Impacto

No segundo semestre de 2022, a Cielo lançou uma trilha de treinamento com foco em ESG. Obrigatória para todas as pessoas do time, a referida trilha traz conhecimento sobre temas relacionados à Sustentabilidade, Governança Ambiental, Mudanças Climáticas, Diversidade, Equidade e Inclusão.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o exercício de 2022, o Grupo Cielo contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política do Grupo Cielo na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, o Grupo Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

O Grupo Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa até 31 de dezembro de 2022, que consiste na asseguarção limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança do Relatório de Sustentabilidade de 2021 e asseguarção razoável sobre a conformidade com Termo de Compromisso de Cessação de Prática estabelecidas entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa do grupo, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações contábeis, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante desses serviços, em conjunto, totaliza R\$ 551,0 mil e representa cerca de 21,6% do total dos honorários de auditoria das demonstrações contábeis do Grupo Cielo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações Contábeis
Consolidadas referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2022 e relatório dos
auditores independentes sobre as
Demonstrações Contábeis
(*IFRS*)

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	2
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações de resultados.....	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Demonstrações do valor adicionado.....	13
1 Contexto operacional.....	14
2 Resumo das principais práticas contábeis	15
3 Demonstrações Contábeis Consolidadas.....	23
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	24
5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos.....	25
6 Fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”).....	27
7 Contas a receber operacionais	30
8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos	31
9 Investimentos.....	32
10 Imobilizado.....	34
11 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar.....	35
12 Intangível.....	36
13 Contas a pagar a clientes	37
14 Empréstimos e financiamentos.....	38
15 Outras obrigações	40
16 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.....	40
17 Patrimônio líquido	43
18 Lucro líquido por ação.....	47
19 Receita operacional líquida	47
20 Gastos por natureza	48
21 Compromissos	49
22 Benefícios a empregados.....	49
23 Participação de colaboradores e administradores no lucro.....	50
24 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal	50
25 Plano de ações restritas.....	51
26 Resultado financeiro.....	52
27 Gestão de Riscos.....	52
28 Transações e saldos com partes relacionadas	60
29 Informações por segmento de negócio	63
30 Itens que não afetam o caixa	64
31 Cobertura de seguros	65
32 Aprovação das Demonstrações Contábeis.....	65



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP – Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cielo S.A. – Instituição de Pagamento
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cielo S.A – Instituição de Pagamento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e apresentação das contas a receber de emissores, das contas a pagar a estabelecimentos e da receita operacional bruta mediante a captura, o processamento e a liquidação das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito

Veja as Notas Explicativas nºs 2.6, 7, 13 e 19 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, que são a base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações contábeis consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que pode impactar os valores registrados nas demonstrações contábeis consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles-chave relacionados à captura, ao processamento e à liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito. Para as contas a receber de emissores, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação-suporte para registro e liquidação das transações. Para as contas a pagar a estabelecimentos, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação-suporte para registro e liquidação das transações, assim como testes de liquidação subsequente para os saldos em aberto na data-base. Para as contas de receita operacional bruta efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelos sistemas legados, bem como testes, por amostragem, de verificação de documentação-suporte para registro, liquidação das transações e devido reconhecimento da receita, assim como recálculos globais das receitas com comissões e das receitas com antecipações de recebíveis. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis consolidadas descritas nas Notas Explicativas nºs 2.6, 7, 13 e 19. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis os saldos apresentados nas linhas de contas a receber de emissores, das contas a pagar a estabelecimentos e da receita operacional bruta e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (Controlada - Cateno Gestão de Pagamentos S.A.)

Veja a Nota Explicativa nº 12 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, os valores de ativos intangíveis com vida útil definida (Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard), estão classificados na demonstração financeira consolidada em conta específica, cuja realização está suportada por meio de estudo do "Fluxo de Caixa Descontado" baseado no plano de negócios preparado pela Administração. Devido à relevância do saldo e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do intangível registrado na demonstração financeira consolidada, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	Com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados no último estudo de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração da controlada, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos neste estudo. O estudo vigente para essa avaliação é o que foi realizado no segundo semestre de 2022. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela Administração na última avaliação efetuada com o desempenho econômico e financeiro da Controlada no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis consolidadas descrita na Nota Explicativa nº 12. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para créditos incobráveis

Veja as Notas Explicativas nºs 7 e 27 das demonstrações contábeis consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 7 e 27, os principais riscos de crédito aos quais a Companhia está exposta são : (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais , (iii) os valores de <i>chargeback</i> , estorno ou cancelamento quando já houve a realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguel dos terminais de captura	Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis. Efetuamos, por amostragem , testes relacionados à atribuição do <i>rating</i> para os emissores de acordo com a norma interna vigente e à análise de garantias por

utilizados pelos estabelecimentos comerciais. Para endereçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a Companhia, conforme Nota Explicativa nº 7, constitui provisão para créditos incobráveis. Essa provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de <i>ratings</i> e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações. Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.	parte dos emissores e subcredenciadores. Avaliamos os dados, tais como data de vencimento, dias em atraso e atribuição de <i>rating</i>, utilizados no cálculo da provisão e, com base na metodologia de mensuração da provisão para perdas esperadas sobre contas a receber, recalculamos os saldos contábeis provisionados nas demonstrações contábeis consolidadas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consolidadas, descritas nas Notas Explicativas nº 7 e 27, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen"). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.
Outros assuntos	

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de janeiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP296875/O-4

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Balancos patrimoniais consolidados levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.882.866	5.340.203	Passivos financeiros		82.651.270	73.210.934
Ativos financeiros		93.978.882	80.356.598	Contas a pagar a clientes	13	77.835.921	69.530.057
Contas a receber operacionais	7	93.007.984	79.142.953	Contas a pagar com partes relacionadas	28	422.596	394.383
Contas a receber de partes relacionadas	28	826.350	738.105	Empréstimos e financiamentos	14	3.623.321	2.912.802
Despesas pagas antecipadamente		93.492	139.560	Fornecedores		131.552	332.973
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	-	246.082	Instrumentos financeiros derivativos	5	-	-
Outros valores a receber	7	51.056	89.898	Obrigações com cotas senior FIDC	6	629.408	31.106
Impostos antecipados e a recuperar		608.095	472.256	Arrendamentos a pagar	11	8.472	9.613
Total do ativo circulante		96.469.843	86.169.057	Outras obrigações	15	756.978	601.966
				Impostos e contribuições a pagar	8	280.768	219.039
				Dividendos a pagar		224.189	196.679
				Total do passivo circulante		83.913.205	74.228.618
Não circulante				Não circulante			
Ativos financeiros		303.855	303.488	Passivos financeiros		9.745.559	10.662.505
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	286.718	274.411	Empréstimos e financiamentos	14	3.019.750	3.382.302
Outros valores a receber	7	17.137	29.077	Obrigações com cotas senior FIDC	6	6.669.167	7.225.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.348.910	1.285.305	Obrigações com cotas de fundos de investimento		29.311	15.538
Depósitos judiciais	16.b)	1.584.203	1.576.643	Arrendamentos a pagar	11	27.331	38.697
Imobilizado	10	950.937	971.151	Outras obrigações	9 e 15	69.890	24.819
Bens de direito de uso	11	29.871	41.700	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16	2.239.392	2.158.491
Intangível	12	9.097.199	9.946.657	Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	25.965
Total do ativo não circulante		13.314.975	14.124.944	Total do passivo não circulante		12.054.841	12.871.780
				Patrimônio líquido			
				Capital social	17	5.700.000	5.700.000
				Reserva de capital	17	74.520	80.657
				Ações em tesouraria	17	(113.605)	(98.578)
				Resultados abrangentes	17	496.015	356.627
				Reservas de lucros	17	4.793.904	4.059.633
				Atribuído a:			
				Participação de acionistas controladores		10.950.834	10.098.339
				Acionistas não controladores		2.865.938	3.095.264
				Total do patrimônio líquido		13.816.772	13.193.603
Total do ativo		109.784.818	100.294.001	Total do passivo e patrimônio líquido		109.784.818	100.294.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Exercício	
		31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	19	10.693.106	11.685.440
Custo dos serviços prestados	20	(6.268.754)	(8.287.260)
Lucro bruto		4.424.352	3.398.180
Receitas (despesas) operacionais			
Pessoal	20	(1.014.935)	(885.169)
Gerais e administrativas	20	(332.903)	(382.468)
Vendas e marketing	20	(155.560)	(235.258)
Equivalência patrimonial	9	-	608
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20	(235.968)	(1.792.097)
Lucro operacional		2.684.986	103.796
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26	467.612	324.415
Despesas financeiras	26	(1.724.575)	(808.487)
Rendimento de cotas FIDCs e Antecipação de Recebíveis	26	938.478	406.582
Perda de variação cambial, líquida	26	(67.815)	(513)
		(386.300)	(78.003)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		2.298.686	25.793
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	8	(684.458)	(479.295)
Diferidos	8	100.452	136.463
Lucro líquido do período		1.714.680	(317.039)
Atribuído a:			
Acionistas controladores		1.411.468	(505.074)
Acionistas não controladores		303.212	188.035
 Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	18	<u>0,52201</u>	<u>(0,18645)</u>
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	18	<u>0,51809</u>	<u>(0,18562)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes

(Em milhares de reais)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

	Exercícios	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.714.680	(317.039)
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:		
Variação cambial sobre investimentos no exterior	136.078	14.474
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado		
Benefício pós-emprego	3.310	901
Movimentações do exercício	139.388	15.375
Resultado abrangente total do exercício	1.854.068	(301.664)
Atribuído a:		
Acionistas controladores	1.550.856	(489.699)
Acionistas não controladores	303.212	188.035

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

					Reservas de lucros							
		Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Transações de Capital	Legal	Orçamento de capital	Retenção de lucros	Resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020												
		5.700.000	71.156	(84.815)	(108.441)	1.140.000	3.884.096	-	341.252	10.943.248	3.114.836	14.058.084
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	(27.124)	-	-	-	-	-	(27.124)	-	(27.124,00)
Ações restritas outorgadas	25	-	22.862	-	-	-	-	-	-	22.862	-	22.862
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	25	-	(13.361)	13.361	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de participação de não controladores, sem mudança no controle		-	-	-	108.441	-	-	-	-	108.441	-	108.441
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(505.074)	-	(505.074)	188.035	(317.039)
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:												
Juros sobre o capital próprio proposto		-	-	-	-	-	-	(235.760)	-	(235.760)	-	(235.760)
Juros sobre o capital próprio pagos		-	-	-	-	-	-	(223.629)	-	(223.629)	-	(223.629)
Reserva de orçamento de capital		-	-	-	-	-	(964.463)	964.463	-	-	-	-
Resultados abrangentes:												
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	17d	-	-	-	-	-	-	-	14.474	14.474	-	14.474
Benefício pós emprego	17d	-	-	-	-	-	-	-	901	901	-	901
Efeito dos outros acionistas não controladores sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(207.607)	(207.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2021												
		5.700.000	80.657	(98.578)	-	1.140.000	2.919.633	-	356.627	10.098.339	3.095.264	13.193.603
Saldos em 31 de dezembro de 2021												
		5.700.000	80.657	(98.578)	-	1.140.000	2.919.633	-	356.627	10.098.339	3.095.264	13.193.603
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	(47.425)	-	-	-	-	-	(47.425)	-	(47.425)
Ações restritas outorgadas	25	-	26.261	-	-	-	-	-	-	26.261	-	26.261
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	25	-	(32.398)	32.398	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:												
Juros sobre o capital próprio proposto	17g	-	-	-	-	-	-	(239.000)	-	(239.000)	-	(239.000)
Juros sobre o capital próprio pagos	17g	-	-	-	-	-	-	(438.197)	-	(438.197)	-	(438.197)
Reserva de orçamento de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes:												
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	17d	-	-	-	-	-	734.271	(734.271)	-	-	-	-
Benefício pós emprego	17d	-	-	-	-	-	-	-	136.078	136.078	-	136.078
Efeito dos outros acionistas não controladores sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	-	3.310	3.310	-	3.310
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(532.538)	(532.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2022												
		5.700.000	74.520	(113.605)	-	1.140.000	3.653.904	-	496.015	10.950.834	2.865.938	13.816.772

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.298.686	25.793
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	10, 11 e 12	981.678	1.106.112
Baixas/perdas de imobilizado e intangível	10, 11 e 12	135.204	334.331
Equivalência patrimonial		-	(608)
Redução ao valor recuperável - <i>impairment</i>	12	-	1.362.954
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	10 e 12	72.800	(148.780)
Ações restritas outorgadas	25	26.261	22.862
Transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações	25	(32.398)	(13.361)
Perdas com créditos incobráveis e fraude	20	141.665	331.216
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	135.024	371.693
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	14	(30.469)	196.908
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(58.605)	50.187
Juros sobre empréstimos e financiamentos	14	655.457	313.666
Amortização de custos de emissão de dívidas	14	3.778	25.312
Despesa financeira sobre arrendamento	11	1.826	2.176
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber operacionais		(14.285.770)	(9.208.486)
Contas a receber com partes relacionadas		(88.245)	5.077
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(63.213)	(122.907)
Impostos antecipados e a recuperar		(193.653)	114.999
Depósitos judiciais		(7.560)	2.344
Outros valores a receber		186.999	(162.375)
Despesas pagas antecipadamente		26.952	(68.541)
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		(58.867)	123.859
(Redução)/aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(201.421)	(284.072)
Impostos e contribuições a pagar		341.151	191.644
Contas a pagar a clientes		8.690.147	7.759.721
Contas a pagar com partes relacionadas		31.532	-
Dividendos a pagar		27.510	52.978
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16.a)	(54.123)	(51.921)
Arrendamentos a pagar		(5.157)	(20.964)
Outras obrigações		(247.119)	(99.050)
Caixa (aplicado em)/gerado nas atividades operacionais		(1.569.930)	2.212.767
Imposto de renda e contribuição social pagos		(561.272)	(427.650)
Caixa líquido (aplicado em)/gerado nas atividades operacionais		(2.131.202)	1.785.117
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Alienação de participação em controlada		648.184	132.601
Aquisições de bens de direito de uso	11	(1.500)	(7.464)
Aquisições de imobilizado de uso	10	(470.023)	(424.456)
Alienação de intangível		-	199.795
Aquisições de intangível	12	(231.842)	(261.169)
Caixa líquido (aplicado em) atividades de investimento		(55.181)	(360.693)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Captação de empréstimos	14	5.420.000	-
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	14	(5.217.254)	(2.922.495)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	14	(4.953)	(7.652)
Juros pagos	14	(478.592)	(255.247)
Aumento de participação de terceiros no FIDC		893.596	7.702.826
Amortização de cotas de terceiros no FIDC		(852.095)	(3.487.214)
Aquisição de ações em tesouraria	17.c)	(47.425)	(27.124)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(975.055)	(583.569)
Arrendamentos pagos	11	(9.176)	(10.987)
Caixa líquido (aplicado em)/gerado nas atividades de financiamento		(1.270.954)	408.538
(Redução)/aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(3.457.337)	1.832.962
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo final	4	1.882.866	5.340.203
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exterior		(13.588)	27.692
Saldo inicial	4	5.340.203	3.507.241
(Redução)/aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(3.457.337)	1.832.962

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Demonstrações consolidadas do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receitas			
Vendas de serviços	19	12.076.317	13.125.170
Perda com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude	20	(141.665)	(331.216)
		<u>11.934.652</u>	<u>12.793.954</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Gastos com serviços prestados		(5.019.450)	(6.827.457)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(514.461)	(693.323)
Outros gastos, líquidos		27.830	(1.355.665)
(Perda) recuperação na realização de ativos	20	(122.134)	(105.149)
		<u>(5.628.215)</u>	<u>(8.981.594)</u>
Valor adicionado bruto		<u>6.306.437</u>	<u>3.812.360</u>
Retenções			
Depreciações e amortizações	10, 11 e 12	(981.678)	(1.106.112)
Valor adicionado líquido produzido		<u>5.324.759</u>	<u>2.706.248</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial	9	-	608
Receitas financeiras, incluindo aquisição de recebíveis e variação cambial líquida	26	1.338.275	730.484
		<u>1.338.275</u>	<u>731.092</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>6.663.034</u>	<u>3.437.340</u>
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		(951.898)	(922.051)
Remuneração Direta		(740.726)	(755.450)
Benefícios		(162.144)	(127.212)
FGTS		(49.028)	(39.389)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	23	(183.462)	(151.049)
Impostos, taxas e contribuições		(2.094.093)	(1.874.503)
Federais		(1.833.361)	(1.472.459)
Estaduais		(23)	(133)
Municipais		(260.709)	(401.911)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(1.718.901)	(806.776)
Aluguéis		(5.433)	(6.639)
Juros		(1.631.261)	(717.146)
Outras		(82.207)	(82.991)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(739.295)	(382.714)
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos		(239.000)	(235.760)
Retenção de lucro/prejuízo		(433.173)	1.123.548
Acionistas não controladores		<u>(303.212)</u>	<u>(188.035)</u>
Valor adicionado distribuído		<u>(6.663.034)</u>	<u>(3.437.340)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. - Instituição de Pagamento (“Companhia” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como, a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”).

As controladas diretas e indiretas da Companhia e controladas em conjunto (“*joint ventures*”), que junto à Cielo também são designadas como “Grupo Cielo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.

Eventos significativos do exercício:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, destacam-se os seguintes eventos:

- Em 31 de janeiro de 2022, foi deliberado pela Assembleia Geral de Cotistas a liquidação antecipada do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Receba Mais (FIDC Receba Mais). A amortização e o resgate total das cotas seniores ocorreram em 3 de fevereiro de 2022 e no dia 23 de fevereiro de 2022 foi realizada a incorporação do FIDC Receba Mais pelo FIDC NP Cielo.
- Em 18 de fevereiro e 4 de março de 2022 foram deliberados e realizados os aportes de capital na Cielo Inc. no valor de US\$ 200 milhões e US\$ 70 milhões, respectivamente, pela Cielo este aporte teve como objetivo reduzir a exposição à variação cambial na Cielo Inc. frente à obrigação que a controlada no exterior possui no âmbito das notas seniores (“*ten years bonds*”) emitidas em 2012 e com vencimento em novembro de 2022.
- Em 8 de abril de 2022 foi concluída a venda de sua subsidiária Merchant E-Solutions, Inc., após o cumprimento das condições precedentes, com o pagamento à Companhia de US\$ 137,2 milhões (R\$ 652,8 milhões) referente à parcela fixa (*upfront*), ajustada conforme os termos previstos nos documentos da operação.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- Em 8 de abril de 2022, o Conselho de Administração aprovou a abertura de novo programa de recompra de ações, por meio do qual a Companhia foi autorizada a adquirir até 13.339.245 ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão.
- Em 3 de outubro de 2022, após aprovação pelo Conselho de Administração, ocorreu a liquidação da 6ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 3.000.000, com vencimento em 20 de setembro de 2025 e juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da Taxa DI, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 1,20% ao ano.
- Em novembro de 2022, ocorreu a liquidação dos “*bonds*” emitidos pela Companhia no montante remanescente de USD 97.150, após recompra parcial em junho de 2019 e pela controlada Cielo USA no montante de USD 404.942, conforme vencimento da operação financeira.
- Em 17 de novembro de 2022, a Companhia tomou conhecimento da alienação a um terceiro da participação da Integrum Holdings L.P. (“Integrum”) na Merchant E-Solutions Inc. (“MerchantE”). A Companhia foi informada que os termos de tal transação não gerarão para a Cielo o direito de receber valores a título da parcela variável (*earn-out*) que havia sido pactuada no âmbito da alienação da MerchantE à Integrum, objeto dos fatos relevantes divulgados em 18 de fevereiro e 8 de abril de 2022.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 26 de janeiro de 2023.

2.2 Base de elaboração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA Inc (“Cielo USA”), o fator preponderante para determinação da

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions, Inc (“MerchantE”). Adicionalmente, com relação à MerchantE, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e MerchantE (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo valor justo. O caixa e equivalentes de caixa e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.6 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores liquidados das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela MerchantE que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Valores a receber de estabelecimentos

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

b) Contas a pagar a clientes

Contas a pagar a clientes

Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A MerchantE paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Cauções de clientes

A MerchantE mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.7 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.8 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e se houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9 Combinação de negócios

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

2.10 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado por seu custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

reconhecido no ativo intangível.

2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O Imposto de Renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das Demonstrações Contábeis e aplicáveis quando o respectivo Imposto de Renda e Contribuição Social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.12 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Companhia é copatrocinadora de um plano de previdência complementar com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

2.13 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

2.14 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem às Demonstrações Contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas Demonstrações Contábeis, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.15 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.16 Ativos e passivos financeiros

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de “somente P&J”, ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

ativo financeiro.

Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes.

Custo amortizado

São ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais derem origem a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de “somente P&J”). O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

Custo amortizado

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são por padrão mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para o desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio do resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo do passivo ser gerenciado ao valor justo.

2.17 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “hedge”

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor de

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

mercado dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Contábeis.

Mudanças no valor de mercado de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “*hedge*” de fluxo de caixa ou um “*hedge*” de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes, e quando qualificados como um “*hedge*” de valor justo, o objeto e o instrumento de “*hedge*” são registrados no resultado pelos valores justos.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor de mercado ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de valor justo são reconhecidas na linha de Resultado Financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.18 Operações de arrendamento

Para os contratos de arrendamento com prazo superior a um ano, a Companhia reconhece: (i) um passivo de arrendamento que corresponde à soma das contraprestações do contrato à valor presente e (ii) o respectivo ativo de direito de uso. Os valores do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso são remensurados quando ocorrem mudanças e/ou reajustes nos contratos, sendo que o ativo de direito de uso é avaliado, no mínimo anualmente (e/ou quando houver evidência), quanto a sua recuperabilidade.

Os contratos de arrendamento são reconhecidos a partir das premissas a seguir:

Mensuração do passivo de arrendamento

Mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de financiamento incremental da Companhia.

Prazo de arrendamento

A Companhia reconhece os contratos de arrendamento considerando a sua renovação por mais um período de igual duração ao prazo original, sempre que existir esta previsão no contrato e desde que o contrato não seja considerado de curto prazo e/ou baixo valor.

Taxa de juros incremental de financiamento

Para calcular o valor justo dos contratos, a Companhia considera a taxa de juros necessária para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia, utilizando como base as taxas praticadas nas captações de recursos mais recentes no momento de reconhecimento do contrato de arrendamento.

Depreciação/amortização do ativo de direito de uso

A vida útil dos ativos de direito de uso é definida como o prazo total de vigência do contrato

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

considerando, se aplicável, a sua renovação por um período de igual duração a vigência inicial, sendo reconhecida sua depreciação/amortização de forma sistemática e linear ao decorrer de sua vida útil.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados a cada período durante o prazo do contrato.

2.19 Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação), Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo semestralmente.

3 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as informações da Companhia, de suas controladas e dos fundos de investimento. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Quando necessário, as Demonstrações Contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas Informações Contábeis Consolidadas.

Para as controladas e fundos de investimento (FIDCs e FIC) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem as seguintes controladas, controladas em conjunto, diretas e indiretas e fundos de investimento.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Grupo Cielo estava composto pelas seguintes empresas:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Empresas	Participação no capital social (%)	
	31/12/2022	31/12/2021
Participação direta e indireta em controladas e fundos:		
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	92,80	88,48
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I ("FIDC Emissor I")	13,00	10,63
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II ("FIDC Emissor II")	12,27	9,94
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Receba Mais ("FIDC Receba Mais")	-	56,82
Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ("FICs")	100,00	100,00
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00
Merchant E-Solutions, Inc. ("MerchantE")	-	100,00
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	140.547	350.104
Aplicações no mercado aberto	7.473	190.628
Instrumentos financeiros equivalentes de caixa	1.734.846	4.799.471
Total	1.882.866	5.340.203

O detalhamento de cada grupo de caixa e equivalentes de caixa é demonstrado abaixo:

Disponibilidades

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos:		
Em moeda nacional	108.934	174.912
Em moeda estrangeira	31.613	175.192
Total	140.547	350.104

Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos de aplicações no mercado aberto são demonstrados abaixo:

	Faixa de vencimento	Total	
	0 - 30	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	176.072
Compromissadas	7.473	7.473	14.556
Total	7.473	7.473	190.628

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa nº 26 – Resultado financeiro.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Instrumentos financeiros equivalentes a caixa

Composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são demonstrado conforme abaixo:

	31/12/2022				31/12/2021	
	Faixa de vencimento		Total		Total	
	0 - 30	331 - 365	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantidos para Negociação						
Títulos privados	1.556.363	178.483	1.734.846	1.581.467	4.799.471	4.796.653
Cotas de fundos de investimento	1.556.283	-	1.556.283	1.408.421	4.690.595	4.688.276
Certificado de Depósito Bancário – CDB	80	168.273	168.353	162.955	57.059	56.562
Letras Financeiras - LF	-	10.210	10.210	10.091	10.588	10.588
Outros	-	-	-	-	41.229	41.227
Total	1.556.363	178.483	1.734.846	1.581.467	4.799.471	4.796.653

O valor de mercado dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. As aplicações, por mais que os papéis possuam vencimentos acima de 90 dias, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sem restrição quanto a sua liquidação e são utilizadas como parte da gestão de caixa da Companhia.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa nº 26 – Resultado financeiro.

5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo:		
Instrumentos financeiros derivativos (a)	-	34.815
Demais instrumentos financeiros (b)	286.718	485.678
Total	286.718	520.493
Total circulante	-	246.082
Total não circulante	286.718	274.411

a. Instrumentos financeiros derivativos

Conforme política interna o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos especulativos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos.

O instrumento financeiro derivativo “Non Deliverable Forward – NDF” foi liquidado em novembro de 2022 conforme vencimento. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

b. Demais instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos são compostos por títulos mantidos até o vencimento, apresentados a seguir:

	31/12/2022			31/12/2021	
	Vencimento	Total		Total	
	Acima de 365	Valor de Mercado	Valor do custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantido até o Vencimento					
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	-	188.492	188.492
Letras Financeiras - LF	187.481	187.481	187.481	202.508	202.508
Letras do Tesouro Nacional - LTN	99.237	99.237	84.000	88.328	88.328
Debêntures	-	-	-	6.350	6.350
Total	286.718	286.718	271.481	485.678	485.678

c. Ativos e passivos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo Cielo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo Cielo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Critério de mensuração	31/12/2022		31/12/2021
		Nível de Valor Justo 1	Nível de Valor Justo 2	Total
Contas a receber operacionais	Custo amortizado	-	93.007.984	93.007.984
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos:		99.237	187.481	286.718
Instrumentos financeiros	Custo amortizado	99.237	187.481	286.718
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	-	-	-
Outros valores a receber	Custo amortizado	-	68.193	68.193
Total de ativos financeiros		99.237	93.263.658	93.362.895
Contas a pagar a clientes	Custo amortizado	-	77.835.921	77.835.921
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	6.643.071	6.643.071
Fornecedores	Custo amortizado	-	131.552	131.552
Obrigações com cotas FIDC e de fundos de investimento	Custo amortizado	-	7.327.886	7.327.886
Outras obrigações	Custo amortizado	-	826.868	826.868
Arrendamentos a pagar	Valor justo por meio do resultado	-	35.803	35.803
Total de passivos financeiros		-	92.801.101	92.801.101

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A Companhia aplica a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 13 - Mensuração ao valor justo. Os ativos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As metodologias utilizadas para a estimativa do valor justo estão definidas abaixo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Para as operações compromissadas lastreadas em debêntures, o valor justo é calculado pela cotação atual disponibilizada em mercados organizados de bolsa. Para as aplicações em CDB e em fundos de investimento, o valor justo é apurado a partir dos valores atualizados da taxa de juros de DI disponibilizada ao mercado através de órgãos oficiais (B3, BACEN etc) e a partir dos valores atualizados das cotas divulgados no site da CVM, respectivamente.
- **Empréstimos e financiamentos:** Para os empréstimos e financiamentos, o valor justo foi calculado pelos pagamentos previstos de principal e juros até o vencimento, com as taxas contratuais.
- **Contas a pagar e recebíveis:** O valor justo de Contas a receber operacionais, Contas a pagar a clientes, Outros valores a receber, Fornecedores e Outras obrigações estão apresentados pelos valores das liquidações previstas nas datas de vencimento.
- **Fundos de investimento em direitos creditórios:** O valor da cota do fundo é um indicador adequado ao valor justo.
- **Instrumento financeiro derivativo:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de mercado.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

6 Fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”)

Todos os FIDCs têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, ou por meio da aquisição de carteiras de crédito operacionalizadas por instituições financeiras parceiras, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Fundos

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC NP”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado. De 31 de julho de 2017 até atualização do regulamento em 3 de junho de 2019, o fundo não operou novas aquisições de recebíveis. Após atualização, o fundo voltou a operar com novas aquisições.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Os rendimentos das cotas seniores são pagos semestralmente e mantém índice de subordinação mínima de 20%.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Receba Mais (“FIDC Receba Mais”) iniciou suas atividades em 29 de abril de 2021 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo determinado de 6 anos. E em Assembleia Geral de Cotistas ocorrida em 31 de janeiro de 2022, foi decidido pela liquidação do Fundo em decorrência do item 12.3, subitem (g), do Regulamento. Dessa forma, a amortização e resgate total antecipado das cotas seniores ocorreu no dia 4 de fevereiro de 2022.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores I (“FIDC Emissor I”) iniciou suas atividades em 16 de março de 2021 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Os rendimentos das cotas seniores são pagos semestralmente, com índices de subordinação mínima de 10%.

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo Emissores II (“FIDC Emissor II”), iniciou suas atividades em 13 de maio de 2021 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Os rendimentos das cotas seniores são pagos semestralmente, com índices de subordinação mínima de 9,1%.

Os direitos creditórios dos FIDCs são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (“TIR”) dos contratos, pelo critério “*pro rata temporis*”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de face e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Todos os fundos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio dos FIDCs em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, está demonstrada a seguir:

31/12/2022				
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	57.285	865.073	865.073	-
FIDC Plus	683.501.577	8.739.288	8.109.880	629.408
Sênior	600.000	629.408	-	629.408
Subordinada	682.901.577	8.109.880	8.109.880	-
FIDC Emissor I	2.222.223	2.394.175	311.156	2.083.019
Sênior	2.000.000	2.083.019	-	2.083.019
Subordinada	222.223	311.156	311.156	-
FIDC Emissor II	4.965.131	5.227.605	641.457	4.586.148
Sênior	4.500.000	4.586.148	-	4.586.148
Subordinada	465.131	641.457	641.457	-
Total	690.746.216	17.226.141	9.927.566	7.298.575

31/12/2021				
	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC NP	57.285	29.339	29.339	-
FIDC Plus	346.278.618	5.370.187	4.751.723	618.464
Sênior	600.000	618.464	-	618.464
Subordinada	345.678.618	4.751.723	4.751.723	-
FIDC Receba Mais	242.294	72.043	40.937	31.106
Sênior	200.000	31.106	-	31.106
Subordinada	42.294	40.937	40.937	-
FIDC Emissor I	2.222.223	2.293.737	243.926	2.049.811
Sênior	2.000.000	2.049.811	-	2.049.811
Subordinada	222.223	243.926	243.926	-
FIDC Emissor II	4.965.131	5.060.505	502.812	4.557.693
Sênior	4.500.000	4.557.693	-	4.557.693
Subordinada	465.131	502.812	502.812	-
Total	353.765.551	12.825.811	5.568.737	7.257.074

Os balanços patrimoniais dos FIDCs em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 são apresentados a seguir:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC NP	865.297	224	865.073	29.487	148	29.339
FIDC Plus	8.739.706	418	8.739.288	5.371.989	1.802	5.370.187
FIDC Receba Mais	-	-	-	72.260	217	72.043
FIDC Emissor I	2.394.175	-	2.394.175	2.293.744	7	2.293.737
FIDC Emissor II	5.227.618	13	5.227.605	5.060.528	23	5.060.505
Total	17.226.796	655	17.226.141	12.828.008	2.197	12.825.811

As demonstrações de resultado dos FIDCs nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

de 2021 são apresentadas a seguir:

	Exercício					
	31/12/2022					
	FIDC NP	FIDC Plus	FIDC Receba Mais	FIDC Emissor I	FIDC Emissor II	Total
Receita - Direitos creditórios	15.909	978.254	148	-	-	994.311
Receita - Direitos creditórios Emissores	-	-	-	328.900	743.356	1.072.256
Receitas financeiras	6.712	103.095	795	10.782	17.762	139.146
Despesas financeiras	(14.321)	(13.393)	(82)	(1.426)	(1.620)	(30.842)
Outras despesas operacionais	146	(1.189)	(158)	(997)	(1.006)	(3.204)
Lucro do exercício	8.446	1.066.767	703	337.259	758.492	2.171.667
Remuneração – Cota Sênior	-	80.762	318	270.029	619.847	970.956
Remuneração – Cota Subordinada	8.446	986.005	385	67.230	138.645	1.200.711

	Exercício					
	31/12/2021					
	FIDC NP	FIDC Plus	FIDC Receba Mais	FIDC Emissor I	FIDC Emissor II	Total
Receita - Direitos creditórios	6.281	421.902	972	-	-	429.155
Receita - Direitos creditórios Emissores	-	-	-	104.890	202.352	307.242
Receitas financeiras	848	60.392	7.168	21.348	45.915	135.671
Despesas financeiras	(739)	(2.939)	(383)	(876)	(546)	(5.483)
Outras despesas operacionais	(18.375)	(1.126)	(1.042)	(774)	(841)	(22.158)
Lucro/(prejuízo) do exercício	(11.985)	478.229	6.715	124.588	246.880	844.427
Remuneração – Cota Sênior	-	86.509	8.071	102.886	209.132	406.598
Remuneração – Cota Subordinada	(11.985)	391.720	(1.356)	21.702	37.748	437.829

7 Contas a receber operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de emissores	93.007.984	79.142.953
Contas a receber de emissores	93.007.984	78.921.086
Valores a receber de transações processadas e intercâmbio	-	221.867
Outras contas a receber	68.193	118.975
Total	93.076.177	79.261.928
Circulante	93.059.040	79.232.851
Não circulante	17.137	29.077

O Contas a receber com emissores corresponde ao fluxo de recebíveis decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações e cessões com bancos emissores.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

8 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos

a. Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Exercício	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	2.298.685	25.793
Alíquotas vigentes - %	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(781.553)	(8.770)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	230.247	156.192
Benefício fiscal de P&D	3.724	4.094
Equivalência patrimonial	-	207
PECLD Trava	10.198	-
Gratificações	(5.553)	-
Diferença de alíquota de Imposto de Renda - EUA	(42.370)	(17.313)
Venda M4U - Impacto Fiscal	-	16.589
Efeito do ágio - não amortizado (inedutível)	-	(43.904)
Constituição Diferido Stelo	-	9.487
Efeito fiscal sobre redução ao valor recuperável de ágio	-	(463.404)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	1.301	3.990
Imposto de Renda e Contribuição Social	(584.006)	(342.832)
Correntes	(684.458)	(479.295)
Diferidos	100.452	136.463

b. Imposto de Renda e Contribuição Social – diferidos

Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente ineditáveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

Composição do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos – ativo

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para riscos	757.549	727.848
Provisão para despesas diversas	329.255	388.309
Provisão para remuneração variável	85.962	-
Prejuízo fiscal e base negativa	61.834	76.662
Provisões para perdas	114.310	92.486
Total	1.348.910	1.285.305

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos	727.848	610.917
Provisão para despesas diversas	334.124	335.084
Prejuízo fiscal e base negativa	76.662	93.678
Provisões para perdas	92.486	122.719
Outros	54.185	-
Total	1.285.305	1.162.398

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 529.527 serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R\$ 819.383 será realizada em um prazo superior a 12 meses e inclui os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 16.

Abaixo, segue a expectativa de crédito tributário por exercício:

	<u>31/12/2022</u>
2022	423.406
2023	118.019
2024	321.970
2025	123.472
2026	247.378
2027 a 2031	114.665
Total	<u>1.348.910</u>

c. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social, líquidos de antecipações	163.649	125.828
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	57.735	45.985
Imposto sobre Serviços – ISS	18.993	14.856
Programa de Integração Social - PIS	12.157	9.762
Outros tributos a recolher	28.234	22.608
Total	<u>280.768</u>	<u>219.039</u>

9 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui saldo na rubrica de investimentos.

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>132.058</u>
Venda de participação – Orizon	(132.600)
Resultado com equivalência patrimonial	542
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>-</u>

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

10 Imobilizado

	Taxa anual depreciação - %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.841.287	(1.006.709)	834.578	791.375
Equipamentos de processamento de dados	20	249.905	(168.113)	81.792	104.780
Máquinas e equipamentos	10 - 20	25.020	(23.952)	1.068	33.096
Instalações	10	69.996	(40.716)	29.280	36.008
Móveis e utensílios	10	8.294	(4.329)	3.965	5.099
Veículos	20	709	(455)	254	793
Total		2.195.211	(1.244.274)	950.937	971.151

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

	31/12/2021	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	Venda MerchantE	31/12/2022
Equipamentos de captura de transações	791.375	452.169	(94.090)	(314.575)	(29)	(272)	834.578
Equipamentos de processamento de dados	104.780	13.694	(231)	(33.744)	(388)	(2.319)	81.792
Máquinas e equipamentos	33.096	66	(49)	(2.529)	(4.603)	(24.913)	1.068
Instalações	36.008	3.566	(3.805)	(6.489)	-	-	29.280
Móveis e utensílios	5.099	528	(1.151)	(511)	-	-	3.965
Veículos	793	-	(304)	(235)	-	-	254
Total	971.151	470.023	(99.630)	(358.083)	(5.020)	(27.504)	950.937

	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	Venda Multidisplay	31/12/2021
Equipamentos de captura de transações	793.371	362.730	-	(90.949)	(273.786)	9	-	791.375
Equipamentos de processamento de dados	115.266	31.589	220	(6.439)	(34.828)	330	(1.358)	104.780
Máquinas e equipamentos	19.652	17.265	(220)	-	(4.819)	2.194	(976)	33.096
Instalações	48.323	11.515	-	(11.628)	(7.344)	-	(4.858)	36.008
Móveis e utensílios	8.846	1.357	-	(2.997)	(1.009)	-	(1.098)	5.099
Veículos	1.298	-	-	(170)	(310)	-	(25)	793
Total	986.756	424.456	-	(112.183)	(322.096)	2.533	(8.315)	971.151

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 109.960 e R\$ 60.847, respectivamente.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

11 Bens de direito de uso e arrendamentos a pagar

A movimentação do ativo de bens de direito de uso, compostos por aluguéis de imóveis utilizados pelo período contratual, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	68.891
Adições	7.464
Amortização	(8.898)
Baixas	(25.757)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	41.700
Adições	1.500
Amortização	(7.147)
Baixas	(6.182)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	29.871

Abaixo, a movimentação do passivo de arrendamento, constituído pelas obrigações devidas ao arrendador durante o prazo de utilização dos imóveis do passivo de arrendamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	78.085
Registro de contratos de arrendamento a pagar	8.532
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(618)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	(28.878)
Pagamento de aluguel	(10.987)
Despesa financeira	2.176
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.310
Registro de contratos de arrendamento a pagar	1.706
Encargos financeiros sobre arrendamento a pagar	(163)
Baixa de contratos de arrendamento a pagar	(6.700)
Pagamento de aluguel	(9.176)
Despesa financeira	1.826
Saldo em 31 de dezembro de 2022	35.803
Circulante	8.472
Não circulante	27.331

Cronograma de vencimento dos arrendamentos:

Ano	
2023	10.045
2024	7.401
2025	6.642
2026	5.711
2027	5.222
Acima de 5 anos	5.572
Total	40.593
Juros e Ajuste a Valor Presente	(4.790)
Passivo de Arrendamento	35.803

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

12 Intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Ágio na aquisição de investimentos	25.966	212.100
Outros ativos intangíveis	9.071.233	9.734.557
Total	9.097.199	9.946.657

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Braspag	25.966	25.966
MerchantE	-	186.134
Total	25.966	212.100

A movimentação do saldo de ágio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.477.388
Variação cambial	122.456
Baixa do ágio – Multidisplay	(24.790)
Redução ao valor recuperável	(1.362.954)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	212.100
Variação cambial	(28.108)
Baixa de ágio MerchantE	(158.026)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25.966

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de exploração - Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(3.021.578)	8.550.422	8.936.156
Software (b)	6,66 - 20	1.457.001	(939.457)	517.544	691.523
Relacionamento com clientes	4 - 20	-	-	-	71.565
Desenvolvimento de projetos	20	9.785	(6.992)	2.793	34.268
Contratos de serviços	8 - 20	400	-	400	971
Marcas	10	74	-	74	74
Total		13.039.260	(3.968.027)	9.071.233	9.734.557

- (a) **Direito de exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento.

- (b) **Software** - Refere-se a *software* adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes.

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31/12/2021	Adições	Baixas	Amortizações	Variação cambial	Venda MerchantE	31/12/2022
Direito de exploração - Arranjo Ourocard	8.936.156	-	-	(385.734)	-	-	8.550.422
Software	691.523	230.381	(37.052)	(197.483)	(29.927)	(139.898)	517.544
Relacionamento com clientes	71.565	-	-	(31.913)	(9.459)	(30.193)	-
Desenvolvimento de projetos	34.268	1.461	-	(1.318)	(286)	(31.332)	2.793
Contratos de serviços	971	-	(571)	-	-	-	400
Marcas	74	-	-	-	-	-	74
Total	9.734.557	231.842	(37.623)	(616.448)	(39.672)	(201.423)	9.071.233

	31/12/2020	Adições	Transferências	Baixas	Amortizações	Variação cambial	Venda Multidisplay	31/12/2021
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	9.321.889	-	-	-	(385.733)	-	-	8.936.156
Software	828.629	232.437	23.838	(111.311)	(259.637)	21.550	(43.983)	691.523
Relacionamento com clientes	194.327	1.692	-	-	(126.807)	2.353	-	71.565
Desenvolvimento de projetos	66.880	27.040	(23.838)	(16.238)	(2.945)	(87)	(16.544)	34.268
Contratos de serviços	996	-	-	-	-	(25)	-	971
Marcas	74	-	-	-	-	-	-	74
Total	10.412.795	261.169	-	(127.549)	(775.122)	23.791	(60.527)	9.734.557

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

13 Contas a pagar a clientes

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de Contas a pagar a clientes é de R\$ 77.835.921 (R\$ 69.530.057 em 31 de dezembro de 2021). Esse saldo corresponde aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos emissores.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no histórico de perdas da Companhia em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Companhia estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

14 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures privadas (a)	3.498.894	3.422.466
Debêntures públicas (b)	3.099.074	-
Financiamentos de longo prazo – “ten years bonds” (c)	-	2.805.052
Financiamento de P&D	45.103	67.586
Total	6.643.071	6.295.104
Circulante	3.623.321	2.912.802
Não circulante	3.019.750	3.382.302
Total	6.643.071	6.295.104

(a) Debêntures Privadas

Em 27 de fevereiro de 2015, a Companhia realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“DI”), conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

	Montante principal	Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o “Comitê de Transição” ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data-base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$ 122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas, estabelecendo seu saldo remanescente no montante de R\$ 2.237.125. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(b) Debêntures Públicas

Em outubro de 2022, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000 com vencimento em 20 de setembro de 2025. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados no CDI + 1,20%, com pagamentos semestrais. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Públicas.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(c) Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”

Em novembro de 2012, a Companhia e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “bonds” no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Companhia e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da MerchantE. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano, com pagamento de juros semestral. Não existiam cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de “bonds”.

Em junho de 2019, ocorreu a recompra parcial dos “Bonds” da parcela emitida pela Companhia, no valor de US\$ 372,9 milhões, constituindo um saldo devedor remanescente de US\$ 97,1 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA. Em novembro de 2022, ocorreu a liquidação total da operação.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.944.612
Pagamento de principal	(2.922.495)
Variação cambial (principal e juros)	196.908
Juros provisionados e encargos apropriados	313.666
Juros pagos	(255.247)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(7.652)
Amortização de custos de emissão de dívidas	25.312
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.295.104
Novas captações	5.420.000
Pagamento de principal	(5.217.254)
Variação cambial (principal e juros)	(30.469)
Juros provisionados e encargos apropriados	655.457
Juros pagos	(478.592)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(4.953)
Amortização de custos de emissão de dívidas	3.778
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.643.071

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no não circulante

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	3.359.678
2024	22.556	22.556
2025	3.000.000	-
Total de empréstimos e financiamentos	3.022.556	3.382.234
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(2.806)	68
Total	3.019.750	3.382.302

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

15 Outras obrigações

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante:		
Provisão para despesas diversas	311.252	221.370
Programa de participação nos resultados - PLR	167.928	140.446
Provisões sobre folha de pagamento	87.835	66.557
Outros valores a pagar	189.963	173.593
Total	756.978	601.966
Passivo não circulante:		
Provisões sobre folha de pagamento	63.659	16.164
Provisão para despesas diversas	6.231	8.655
Total	69.890	24.819

O saldo de outros valores a pagar está substancialmente composto por *fees* pagos a parceiros comerciais e bancos, gastos das controlada Cateno referente ao embossing e postagem de cartões, além de gastos na controlada MerchantE no que tange ao processamento de transações (até abril de 2022).

16 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, como segue:

	31/12/2021	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2022
Tributárias (a)	2.033.488	198.843	(149.000)	44.558	-	2.127.889
Trabalhistas (b)	69.439	20.649	(17.692)	8.635	(17.932)	63.099
Cíveis (c)	55.564	52.080	(31.791)	8.742	(36.191)	48.404
Total	2.158.491	271.572	(198.483)	61.935	(54.123)	2.239.392

	31/12/2020	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2021
Total	1.838.719	391.665	(47.838)	27.866	(51.921)	2.158.491

As adições correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 registrada em contrapartida às rubricas "Impostos sobre serviços" e "Outras despesas operacionais, líquidas" e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

b. Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Tributários (a)	1.554.819	-	-	1.554.819
Trabalhistas (b)	12.824	3.509	(342)	15.991
Cíveis (c)	9.000	6.306	(1.913)	13.393
Total	1.576.643	9.815	(2.255)	1.584.203
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Total	1.578.987	6.990	(9.334)	1.576.643

(a) Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destacam-se a seguir:

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - A Companhia, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são, ambos, de R\$ 1.517.141.
- **ISS Municipalidade (LC 157/16 e LC 175/20)** - Em decorrência das alterações promovidas pela LC nº 157/16 quanto ao local de recolhimento do ISS, e posteriormente suspensas por liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"), bem como da edição da LC nº 175/20, em 31 de dezembro de 2022, tem provisões para riscos constituída de R\$ 378.944 (R\$ 316.971 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e de suas controladas.

(b) Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-empregados da Companhia e de suas controladas e também por ex-empregados de seus fornecedores. Em geral, nessas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

As ações propostas por ex-empregados de fornecedores da Companhia são custeadas pelas próprias empresas que, por sua vez, também respondem pelos honorários advocatícios e demais despesas relacionadas aos processos, inclusive eventuais acordos ou condenações. Na

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

eventualidade da Companhia e de suas controladas realizarem pagamentos em razão desses processos, a Companhia tem processo interno de compensação ou reembolso desses valores perante as empresas terceirizadas.

(c) Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

A Administração da Companhia e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e de suas controladas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

c. Passivos contingentes classificados como perda possível

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributárias	1.120.780	714.971
Trabalhistas	163.422	103.919
Cíveis	468.854	365.908
Total	1.753.056	1.184.798

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- **Contribuição Previdenciária** – Exigência de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos aos colaboradores nos anos de 2015, 2017 e 2018 a título de participação nos lucros da Companhia e das opções de compra de ações ("*Stock Options*"), nos montantes atualizados de R\$ 71.692, R\$ 58.957 e R\$ 38.077, respectivamente.
- **IRPJ/CSLL** – Exigência de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de forma indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real nos anos de 2015 e 2016, nos montantes atualizados de R\$ 353.167 e R\$ 234.210, respectivamente.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- **PIS/Cofins** – Exigência de PIS e Cofins à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis ("ARV"), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, no montante atualizado de R\$ 784.284.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2021) representado por 2.716.815.061 ações ordinárias todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2022 é de 2.694.364.620 (2.701.857.763 ações em 31 de dezembro de 2021).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os saldos relacionados à remuneração baseada em ações e ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 74.520 (R\$ 80.657 em 31 de dezembro de 2021).

c. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 8 de abril de 2022, o Conselho de Administração aprovou o novo programa de recompra de ações ("Programa"), por meio do qual a Companhia foi autorizada a adquirir até 13.339.245 (treze milhões, trezentas e trinta e nove mil, duzentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, com prazo de vigência de 11 a 14 de abril de 2022, conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480 divulgado na data mencionada acima.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(14.957.298)	(98.578)	6,59
Exercício de Ações Restritas:			
Janeiro	324.868	2.141	6,59
Fevereiro	18.478	122	6,59
Março	1.496.525	9.863	6,59
Maio	2.286.070	11.568	5,06
Julho	1.544.529	7.815	5,06
Agosto	21.459	109	5,06
Setembro	78.805	399	5,06
Outubro	44.040	223	5,06
Novembro	31.328	158	5,06
Recompra de ações - Abril	(13.339.245)	(47.425)	3,56
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(22.450.441)	(113.605)	5,06

d. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e benefícios pós-emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	31/12/2022	31/12/2021
Variação cambial sobre investimento no exterior	1.051.627	915.549
Resultado com instrumentos de “ <i>hedge</i> ” (“ <i>bonds</i> ”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(546.262)	(546.262)
Resultado com instrumentos de “ <i>hedge</i> ” (“ <i>NDF</i> ”) sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Benefício pós-emprego, líquido	1.295	(2.015)
Total	496.015	356.627

e. Reserva de lucros – legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido para cálculo da reserva legal corresponde àquele apresentado de acordo com as regras contábeis do BACEN. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.140.000 (R\$ 1.140.000 em 31 de dezembro de 2021), sendo que o limite de constituição de 20% foi atingido em outubro de 2020.

f. Reserva de lucros – orçamento de capital

A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 3.653.904 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 2.919.633 em 31 de dezembro de 2021.

As Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2023 serão apreciados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 6 de março de 2023.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício. Em conformidade com as Leis nº 9.430/96 e nº 9.249/95, artigo 9, o valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, pode ser imputado ao valor dos dividendos.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos acionistas.

Em reunião realizada em 3 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao primeiro trimestre de 2022, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 65.137, que foram pagos em 24 de maio de 2022.

Em reunião realizada em 2 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao segundo trimestre de 2022, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 224.210, que foram pagos em 23 de setembro de 2022.

Em reunião realizada em 31 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao terceiro trimestre de 2022, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 148.850, que foram pagos em 24 de novembro de 2022.

Adicionalmente, em reunião do Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2022, foi aprovado o pagamento dos juros sobre capital próprio do quarto trimestre de 2022, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, no montante de R\$ 239.000, que serão pagos em 27 de janeiro de 2023.

h. Capital regulatório

A Circular BACEN nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do maior valor entre a média mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atende ao capital mínimo regulatório exigido.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

i. Reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido entre práticas contábeis IFRS e COSIF

Em consonância com as regras aplicáveis do Banco Central, para fins societários, as informações contábeis oficiais da Companhia refletem as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O patrimônio líquido e o lucro líquido apresentados no critério COSIF diferem dos livros IFRS conforme apresentado na sequência:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em COSIF	21.122.414	20.258.492	1.872.748	1.158.490
Ágios em controladas no exterior (a)	-	186.134	(158.701)	(1.362.958)
Realização de saldo de ágio na venda da Multidisplay (b)	-	-	-	(82.581)
Participação de terceiros em Fundos de Investimento (c)	(7.327.886)	(7.272.635)	-	-
Outros (d)	22.244	21.612	633	(29.990)
Saldos em IFRS	13.816.772	13.193.603	1.714.680	(317.039)

- (a) Diferença de prática contábil no registro de ágios. Em IFRS, o ágio é mantido a valor histórico e em COSIF amortizado pelo prazo estimado do benefício. Para o período, o impacto no lucro líquido é relativo realização do ágio após a venda da MerchantE.
- (b) Realização do saldo do ágio em transações de capital entre sócio registrado no Patrimônio Líquido em IFRS de R\$ 82,6 milhões na venda da controlada Multidisplay em 2021.
- (c) Participações de terceiros em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs) e em Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (FICs), anteriormente apresentadas no passivo circulante e não circulante, conforme Instrução Normativa BCB nº 272/22 passaram a ser registradas diretamente no patrimônio líquido, especificamente na rubrica de “outros acionistas que não a Cielo” em COSIF.
- (d) Composto por: i) ágio de controladas não amortizados de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios; e ii) contratos de aluguéis prediais e lojas, registrados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial e amortizados de acordo com o período de duração dos contratos conforme CPC 6 (R2) – Arrendamentos.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

18 Lucro líquido por ação

Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas

Ações em 31 de dezembro de 2021	2.701.857.763
Exercício de Ações Restritas:	
Janeiro	324.868
Fevereiro	18.478
Março	1.496.525
Maio	2.286.070
Julho	1.544.529
Agosto	21.459
Setembro	78.805
Outubro	44.040
Novembro	31.328
Recompra de ações – Abril	(13.339.245)
Ações em 31 de dezembro de 2022	2.694.364.620

Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Exercício	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	1.411.467	(505.074)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.703.908	2.708.921
Lucro por ação (em R\$) – básico	0,52201	(0,18645)

Lucro por ação diluído

	Exercício	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	1.411.467	(505.074)
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.703.908	2.708.921
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	20.475	12.118
Total (em milhares)	2.724.383	2.721.039
Lucro por ação (em R\$) – diluído	0,51809	(0,18562)

19 Receita operacional líquida

	Exercício	
	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	12.076.317	13.125.170
Impostos sobre serviços	(1.383.211)	(1.439.730)
Total	10.693.106	11.685.440

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão.

20 Gastos por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidada por função. O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Exercício	
	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(1.271.803)	(1.181.413)
Depreciações e amortizações	(981.678)	(1.106.112)
Serviços profissionais	(242.355)	(218.039)
Gastos com aquisição (a)	(5.337.703)	(6.196.799)
Vendas, marketing e afiliação de clientes (b)	(296.746)	(375.736)
Custo com créditos de celulares em controlada	-	(958.608)
Outras, líquidas	122.165	(1.545.545)
Total	(8.008.120)	(11.582.252)
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	(6.268.754)	(8.287.260)
Despesas com pessoal	(1.014.935)	(885.169)
Despesas gerais e administrativas	(332.903)	(382.468)
Vendas e marketing	(155.560)	(235.258)
Outras despesas operacionais, líquidas	(235.968)	(1.792.097)
Total	(8.008.120)	(11.582.252)

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa com captura e processamento de operações, de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes e serviços de telecomunicações.
- (b) As despesas de vendas, marketing e afiliação de clientes incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, ações comerciais para novos credenciamentos de clientes e serviços de captação, afiliação e credenciamento de cliente.

Abaixo demonstramos as outras despesas operacionais, líquidas:

	Exercício	
	31/12/2022	31/12/2021
Perdas com créditos incobráveis, fraude e <i>chargeback</i> (a)	(141.665)	(331.216)
Gastos com contingências, líquido	(30.381)	(73.806)
Baixas/provisões para perdas do imobilizado	(122.134)	(105.149)
Outras (b)	58.212	(1.281.926)
Total	(235.968)	(1.792.097)

- (a) Os saldos correspondem às perdas com carteira de cobrança representada principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais, e a *chargeback* de clientes. Em 2021, o principal impacto corresponde a expectativa de perdas após a intercorrência na

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

implantação do novo sistema de Registro de Recebíveis, que não aconteceu em 2022.

- (b) No exercício de 2021, foram registrados ganhos líquidos não recorrentes gerados na cessão das plataformas de Processamento e do Autorizador para a Bandeira Elo no montante de R\$ 101,1 milhões, reversão do saldo residual de provisões legadas referentes ao projeto NewELO no valor de R\$ 70,0 milhões, compensados pela provisão para reestruturação organizacional iniciada em março de 2021 de R\$ 31,6 milhões. Após a realização do teste anual de impairment, foi reconhecida a redução ao valor recuperável do ágio reconhecido na aquisição da MerchantE no montante de US\$ 241.2 milhões (R\$ 1.4 bilhões com base no dólar médio de dezembro de 2021).

21 Compromissos

A Companhia e suas controladas têm como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Companhia e suas controladas celebraram os seguintes contratos:

Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e "back office"

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, "back office" e televendas são os seguintes:

Até 1 ano	445.896
De 1 a 5 anos	204.572
Total	650.468

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações, assim como os contratos de telecomunicações e "back office", são renovados de acordo com a vigência e com os valores negociados.

22 Benefícios a empregados

	Exercício	
	31/12/2022	31/12/2021
Previdência Complementar (a)	11.326	7.726
Benefícios com empregados (b)	150.818	119.486
Total	162.144	127.212

- (a) Contribuição mensal com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, contabilizadas em gastos com empregados.
- (b) Correspondem a seguro saúde, assistência odontológica, vale refeição, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional. Além disso, a Companhia possui um Programa de Educação Corporativa, que incluem ações de desenvolvimento dos colaboradores. As ações descritas são reconhecidas em gastos com empregados.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada Servinet possuem um passivo atuarial decorrente de benefícios pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 12.949 (R\$ 15.041 em 31 de dezembro de 2021).

As taxas utilizadas no exercício foram: taxa de desconto nominal de 5,78% a.a., com índice de inflação de 4,0% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 19% a.a. e aposentadoria aos 60 anos.

23 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Companhia e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram registrados conforme abaixo:

	Exercício	
	31/12/2022	31/12/2021
Colaboradores	167.928	140.446
Diretores estatutários	15.534	10.603
Total	183.462	151.049

24 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

A Administração da Cielo inclui os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e diretores estatutários.

As despesas registradas no resultado dos exercícios da Companhia são como seguem:

	Exercício					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Fixa	Outros	Total	Fixa	Outros	Total
Diretores estatutários	6.542	22.070	28.612	7.182	14.373	21.555
Conselho de administração e fiscal	4.605	-	4.605	3.548	-	3.548
Total	11.147	22.070	33.217	10.730	14.373	25.103

O saldo de outros corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, líquido de impostos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 25), além de outros benefícios já apresentados em nota explicativa nº 22.

A remuneração global anual dos Administradores e Conselho Fiscal em 2022, aprovada em assembleia realizada em 27 de abril de 2022, é de R\$ 66.064 líquido de encargos sendo: (i) R\$ 750 líquido de encargos para o Conselho fiscal e (ii) R\$ 65.314 líquido de encargos para os Administradores.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

25 Plano de ações restritas

São planos de concessão de ações restritas de emissão da Companhia, implementados com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; alinhar os interesses dos acionistas aos de administradores e empregados, bem como possibilitar que a Companhia atraia e mantenha o vínculo de seus administradores e empregados.

Todos os diretores estatutários e empregados elegíveis aos planos são sujeitos à aprovação do Conselho de Administração.

Os programas são apropriados no resultado do período em contrapartida à reserva de capital de acordo com os prazos e condições estabelecidas em cada plano. Na ocorrência de prescrições/cancelamentos de ações, é realizado o estorno no período em que ocorrer no montante equivalente ao total apropriado durante o andamento do plano.

Em 31 de dezembro de 2022, a posição dos planos de ações restritas é a seguinte:

Programa	Status	Quantidade de ações				Data da Outorga	Valor por ação na Outorga em R\$	Valor Justo por ação em R\$
		Outorgadas	Canceladas	Exercidas	A Exercer			
Ações Restritas 2019	Ativo	2.419.297	(913.080)	(1.175.320)	330.897	Julho de 2019	6,73	6,73
Ações Restritas 2020	Ativo	5.042.968	(1.494.109)	(2.561.700)	987.159	Julho de 2020	3,94	3,94
Ações Restritas 2021	Ativo	1.945.031	(162.891)	(346.110)	1.436.030	Julho de 2021	3,59	3,59
Ações Restritas 2022	Ativo	2.313.572	-	(78.904)	2.234.668	Julho de 2022	3,81	3,81
Ações Restritas 2022 Vesting Especial	Ativo	1.071.876	-	-	1.071.876	Novembro de 2022	5,11	5,11
Sócio Cielo 2019	Encerrado	995.372	(360.891)	(634.481)	-	Março de 2019	10,89	10,89
Sócio Cielo 2020	Ativo	2.898.458	(1.067.534)	(1.300.164)	530.760	Março de 2020	7,12	7,12
Sócio Cielo 2021	Ativo	5.440.433	(683.311)	(1.962.267)	2.794.855	Março de 2021	3,89	3,89
Sócio Cielo 2022	Ativo	11.253.702	(165.155)	-	11.088.547	Março de 2022	2,47	2,47
Total de Ações		33.380.709	(4.846.971)	(8.058.946)	20.474.792			

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi apropriado no resultado o valor líquido dos encargos de R\$ 26.261 (R\$ 22.862 em 31 de dezembro de 2021). O saldo apresentado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido totalizou R\$ 26.261 de ações restritas outorgadas e R\$ 32.398 transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações (R\$ 22.862 e R\$ 13.361, respectivamente em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, além dos planos de incentivos baseados em ações, foram registrados incentivos de longo prazo nos montantes de R\$ 24.907 e R\$ 12.651, respectivamente.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

26 Resultado financeiro

	Exercício	
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	474.211	314.645
Outras receitas financeiras (a)	7.894	18.832
PIS e Cofins	(14.493)	(9.062)
Total	467.612	324.415
Despesas financeiras:		
Juros e encargos sobre empréstimos	(579.298)	(320.345)
Participação de terceiros em FIDCs	(970.956)	(406.598)
Atualização monetária de contingências	(61.935)	(27.866)
Outras despesas financeiras	(112.386)	(53.678)
Total	(1.724.575)	(808.487)
Rendimento:		
Aquisição de recebíveis (b)	938.478	406.582
Total	938.478	406.582
Varição cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquidos	(67.815)	(513)
Total	(386.300)	(78.003)

- (a) Em 2021, o montante é substancialmente decorrente do reconhecimento R\$ 14,0 milhões de atualização monetária incidente sobre os valores a receber da Bandeira Elo, referente a cessão da plataforma de processamento e do autorizador, acumulada até a data da cessão desta.
- (b) Conforme nota explicativa nº 6, a receita oriunda dos recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelo FIDC Plus, FIDC NP e FIDC Receba Mais é de R\$ 994.311, sendo R\$ 938.478 líquido de impostos e efeito de consolidação (R\$ 429.155 em 31 de dezembro de 2021, sendo R\$ 406.582 líquido de impostos e efeito de consolidação).

27 Gestão de Riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN nº 3.681/13.

a. Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

A Cielo mantém estrutura e governança de gerenciamento de riscos independentes, preservando e respeitando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e processos de identificação, avaliação, monitoramento e reporte de riscos.

As principais diretrizes sobre este tema são apresentadas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, na Política de *Compliance*, na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, e na Política de Gestão Corporativa de Continuidade de Negócios, todas disponibilizadas publicamente para consulta no site de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

A Cielo também possui um Código de Conduta Ética, atualizado anualmente, que estabelece os padrões de conduta esperados de Administradores (membros do Conselho de Administração e Diretoria-Executiva), membros do Conselho Fiscal, colaboradores, estagiários e jovens

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

aprendizes, para as sociedades controladas, acionistas, investidores, fornecedores e demais públicos com os quais a Cielo se relaciona.

O Grupo Cielo adota o conceito de 3 (três) linhas de responsabilidade para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, de forma que todos contribuam para proporcionar segurança razoável de que seus objetivos sejam alcançados:

- 1ª linha de responsabilidade: é representada pelas áreas de negócio e suporte, que asseguram a gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades;
- 2ª linha de responsabilidade: é representada pela Vice-Presidência de Riscos, *Compliance*, Prevenção e Segurança, que atua de forma consultiva e independente no gerenciamento dos riscos, *compliance*, prevenção a fraudes, prevenção à lavagem de dinheiro, gestão da continuidade de negócios, segurança da informação, privacidade e proteção de dados, gestão de crises e monitoramento da qualidade do ambiente de controles, com reporte à Presidência e ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Riscos; e
- 3ª linha de responsabilidade: é representada pela Auditoria Interna, que fornece opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento de riscos mantém processos para: registro de eventos de riscos, que exige que tais eventos, materializados ou não, tenham planos de ação, com prazos e responsáveis; manutenção do inventário de riscos corporativos e avaliação periódica destes riscos; mapeamento e testes de controles e riscos, executado pela área de Controles Internos; monitoramento de transações, em busca de suspeitas de fraude, entre outros.

Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura de gestão de riscos do Grupo Cielo, bem como sobre os fatores de riscos e as ações e controles preventivos e mitigatórios, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, previamente citada, e nos itens 4.1 e 5.1 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

b. Gestão de risco de Crédito

A Cielo possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais registrados nas rubricas de disponibilidades, instrumentos financeiros, incluindo derivativos, rendas a receber e contas a receber com bancos emissores, conforme segue:

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.882.866	5.340.203
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	286.718	520.493
Contas a receber operacionais	7	93.007.984	79.142.953
Total		95.177.568	85.003.649

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

(b.1) Risco de Crédito da Contraparte - Risco Emissor

Nas operações de aquisição, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Cielo dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, e a Cielo, por sua vez, possui a obrigação de efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Caso os bancos emissores dos cartões descumprirem com suas obrigações financeiras junto à Cielo devido a diversos motivos, a Cielo continua obrigada a realizar os pagamentos mencionados aos estabelecimentos comerciais credenciados.

O nível de risco ao qual a Cielo está exposta depende dos volumes transacionados por emissor e o modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores e aos credenciadores, sendo que a Cielo avalia e gerencia tais riscos, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão conforme o modelo interno.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Companhia solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessário para a cobertura de seu risco de crédito. Para avaliação do risco e consequente definição das garantias necessárias, são atribuídos aos emissores um *rating* interno.

Em 31 de dezembro de 2022, a exposição da Cielo junto aos emissores está demonstrada a seguir:

<i>Rating</i> interno dos emissores	Exigência de Garantia	Exposição total em 31/12/2022	% de Garantia em relação à exposição	Exposição total em 31/12/2021	% de Garantia em relação à exposição
Grupo 1	Não	95,2%	-	95,5%	-
Grupo 2	Sim	4,8%	57,4%	4,5%	48,0%
Total do Contas a receber com bancos emissores		100,0%		100,0%	

Os 5 maiores bancos emissores, classificados no Grupo 1, concentraram 74,4% do contas a receber com bancos emissores e são representados pelas principais instituições financeiras do país, que possuem rígidos processos de monitoramento e controles e sólida posição econômico-financeira. Para os emissores classificados no Grupo 1, que dispensam a exigência de garantia, há um monitoramento intensivo sobre as transações e os riscos expostos, podendo haver revisão do *rating* interno e solicitação de garantias se identificados indícios de aumento do risco de crédito. As garantias podem ser exigidas ou dispensadas a depender do volume transacionado, do porte e do regulamento das bandeiras e dos emissores.

(b.2) Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos ou Subcredenciadores

A Cielo adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Cielo. Ademais, a Cielo pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias aos mesmos.

A depender da regra estabelecida por cada bandeira com relação às responsabilidades aplicáveis aos Subcredenciadores, bem como de eventuais decisões judiciais, caso os Subcredenciadores não realizem a liquidação financeira dos valores transacionados pelos estabelecimentos comerciais a eles vinculados, a Cielo pode ser chamada a esta responsabilidade.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

A representatividade dos Subcredenciadores sobre o volume transacionado no sistema Cielo nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 corresponde a 5,6% e 5,2%, respectivamente.

(b.3) Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras. Caso estes clientes parem de transacionar no sistema Cielo, eventualmente não haverá saldo em suas agendas para a cobrança dos produtos e serviços contratados. Caso a Cielo não consiga efetuar a cobrança de outra forma (como, por exemplo, por meio de boleto bancário), poderá haver perdas para a Cielo relacionadas ao não pagamento de produtos e serviços.

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para créditos incobráveis e fraude totalizava R\$ 141.665 (R\$ 331.216 em 31 de dezembro de 2021), conforme nota explicativa 20.

(b.4) Risco de Crédito de Clientes - *Chargeback* e Vendas diferidas

Os clientes da Cielo devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes da Cielo na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial ou (ii) *chargeback*, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão. Nos dois casos, os valores devolvidos ao portador final são debitados, pela credenciadora, diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial. No caso do cancelamento, se a agenda financeira do estabelecimento comercial não tiver saldo suficiente, este, via de regra, não é acatado.

Caso a Cielo não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial (independentemente do motivo), ou por meio de outra forma de cobrança (exemplo boleto), o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Como ações para fazer frente à exposição ao risco, a Cielo monitora periodicamente os comportamentos transacionais e a saúde financeira destes clientes, assim como elabora avaliações de crédito e limita o volume das operações de antecipações de recebíveis, bem como o pagamento dos recebíveis em ciclo diminuído, na tentativa de manter a agenda pelo maior tempo possível.

A representatividade dos clientes em relação ao volume total de transações e o índice de *chargeback* estão demonstrados a seguir:

	Exercício 2022		Exercício 2021	
	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> (c)	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> (c)
Turismo e Entretenimento, incluindo companhias aéreas (tipicamente com vendas diferidas)	7,8%	0,78%	5,9%	0,68%
E-commerce (sem Turismo e Entretenimento)	10,9%	0,99%	12,2%	0,98%
Bens duráveis e semiduráveis (a)	21,1%	0,03%	22,6%	0,03%
Bens não duráveis (b)	35,8%	0,00%	34,3%	0,01%
Serviços e outros	24,4%	0,03%	25,0%	0,05%
Total	100,0%	0,18%	100,0%	0,18%

- (a) Bens duráveis e semiduráveis: segmento de clientes da Cielo de vestuário, móveis, eletrodomésticos, lojas de departamento, materiais para construção, entre outros.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- (b) Bens não duráveis: supermercados e hipermercados, drogarias e farmácias, postos de combustível, entre outros.
- (c) Valor de *chargeback* em relação ao volume transacionado.

c. **Gestão de Riscos Operacionais**

A Cielo possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Cielo adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Circular BACEN nº 3.681/13 e como melhor prática, à Resolução CMN nº 4.968/21.

Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura da gestão dos controles internos do Grupo Cielo, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos e no item 5.3 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

d. **Gestão de risco de capital**

O Grupo Cielo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades regulares, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo Cielo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelas disponibilidades e instrumentos financeiros, incluindo derivativos).

A Cielo mantém patrimônio líquido, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente ao maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente (vide nota explicativa nº 15). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo Cielo.

e. **Gestão de Risco de liquidez**

Refere-se à possibilidade de a Cielo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O Grupo Cielo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Cielo publica periodicamente o relatório de gestão de risco de liquidez que apresenta a estrutura corporativa vigente de gestão desse risco, conforme determinado na Circular BACEN nº

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

3.681/13, e suas posteriores alterações. O relatório está disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

Segue o índice de endividamento segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	1.882.866	5.340.203
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos (a)	286.718	520.493
Dívida (b)	(6.643.071)	(6.295.104)
Dívida líquida	(4.473.487)	(434.408)
Patrimônio líquido	13.816.772	13.193.603
Índice de endividamento líquido	32,38%	3,29%

- (a) Instrumentos financeiros derivativos compreendem a posição do contrato de “NDF”, mencionados na nota explicativa nº 5, liquidado em novembro de 2022.
- (b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa nº 12.

f. Gestão de Risco de Mercado

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Cielo, assim como receitas e despesas que possam ser impactadas em decorrência de variação das taxas de juros, dos preços de ações e da variação cambial.

Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo Cielo.

A Cielo faz transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Cielo é feita em moeda estrangeira) e por empréstimos e financiamentos. A Cielo dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Adicionalmente, após concluído a venda da MerchantE em abril de 2022, a Cielo manteve seu investimento na controlada Cielo USA, cuja exposição atual é de US\$ 1,0 milhão. O impacto de variação cambial sobre investimento no exterior é reconhecido no resultado abrangente e o ganho acumulado com variação cambial sobre o investimento na Cielo USA (incluindo a MerchantE) no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totalizaram R\$ 136.078 e R\$ 14.474, respectivamente, ambas reconhecidas no resultado abrangente, diretamente no patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Cielo está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	2.793	6.983	13.966	2.685	6.713	13.425
Patrimônio Líquido	444	1.110	2.220	166.551	416.378	832.756

Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo Cielo estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo Cielo aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo Cielo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo Cielo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: B3). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(8.350)	(20.876)	(41.751)	10.508	26.270	52.541

g. Gestão de risco de Lavagem de dinheiro e do Financiamento do Terrorismo

Decorre da possibilidade de que os produtos e serviços oferecidos pela Cielo se tornem um meio para a realização de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação de recursos, bens e valores de origem ilícita, bem como para a coleta de fundo para atos terroristas, incluindo o apoio ao desenvolvimento, aquisição, produção, posse, transporte, transferência ou uso de armas nucleares, biológicas e químicas e seus meios de entrega.

Para avaliar este risco, a Cielo adota procedimentos de avaliação interna, com o objetivo de identificar e mensurar o risco de utilização de seus produtos e serviços e realização de negócios na prática da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo, em consonância com a legislação nacional e regras dos arranjos de pagamentos aos quais faz parte, conforme atribuições definidas em normativos internos.

Mais informações sobre governança e estrutura da gestão das atividades relacionadas à gestão desse risco podem ser encontradas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

h. Gestão de risco de Conformidade

Representa a possibilidade de a instituição sofrer sanções legais ou administrativas, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de falhas na observância e atendimento ao arcabouço legal, da regulamentação infralegal, das recomendações dos órgãos reguladores e dos códigos de autorregulação aplicáveis, dos normativos internos, do Código de Conduta Ética e demais diretrizes estabelecidas para o negócio e atividades da organização.

A análise do risco de conformidade é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura do programa de integridade do Grupo Cielo, podem ser encontradas na Política de *Compliance* e no item 5.4 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

i. Gestão de risco Social, Ambiental e Climático

A Cielo mapeia e gerencia os aspectos e impactos sociais, ambientais e climáticos de seus processos, operações, produtos e serviços, incluindo colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros, buscando atingir os objetivos descritos na política de sustentabilidade e código de conduta ética. Esses riscos são analisados por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

Mais informações sobre as políticas socioambientais do Grupo Cielo podem ser encontradas na Política de Sustentabilidade e no item 7.8 do Formulário de Referência, documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

j. Gestão de risco de Reputação

Decorre da percepção negativa sobre a Cielo por parte de clientes, parceiros, fornecedores, acionistas, controladas, mídia, influenciadores sociais, investidores, reguladores, etc.

A análise do risco reputacional é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade.

k. Gestão de risco de Estratégico

Decorre de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.

A análise do risco estratégico é realizada por meio de metodologia interna, em que são avaliados impacto e probabilidade. Mais informações sobre a estratégia do Grupo Cielo podem ser encontradas no item 7.1 do Formulário de Referência, disponível no endereço eletrônico de internet da Cielo (<https://ri.cielo.com.br/>).

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

I. Gestão de riscos e oportunidades emergentes

Decorrem de fenômenos incertos e inesperados que podem expor a organização a um conjunto totalmente novo de circunstâncias, não havendo informações suficientes disponíveis para avaliação e mensuração do impacto delas sobre o futuro do negócio.

Os principais riscos emergentes identificados pela Cielo são aqueles que levam à possível desintermediação dos produtos de adquirência, no longo prazo, ou que afetem de forma relevante a continuidade e a segurança dos seus negócios.

A Cielo possui um processo para identificar, monitorar e reportar riscos emergentes, baseando-se em benchmarkings e boas práticas de mercado. Anualmente, a Cielo publica um relatório apresentando os riscos emergentes monitorados, bem como informações sobre possíveis impactos e ações mitigadoras. Este relatório está disponível no site de internet de sustentabilidade (<https://cielosustentabilidade.com.br/downloads/>).

28 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Companhia e suas controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas Controladores (Bradesco e Banco do Brasil) detêm participação acionária, bem como serviços financeiros contratados com os bancos acionistas e despesas e receitas com serviços prestados pelas controladas diretas, indiretas e fundos de investimento.

A Companhia e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Companhia faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Companhia e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado.

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Companhia e suas controladas participam, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Disponibilidades e instrumentos financeiros (a)	307.284	204.519
Contas a receber operacionais (b)	26.533.121	23.328.707
Contas a receber com partes relacionadas (c)	826.350	738.105
(Passivos)		
Debêntures privadas e CCB (d)	(3.498.894)	(3.422.466)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(25.503)	(23.095)
Contas a pagar com partes relacionadas (c)	(422.596)	(394.383)
	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Receitas de aplicações financeiras (a)	36.805	7.759
Receitas de prestação de outros serviços (f)	5.965	8.507
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	42.860	53.773
Outras receitas	1.755	37.292
(Despesas)		
Despesas financeiras (d)	(507.775)	(159.199)
Despesas com benefícios (h)	(94.794)	(80.414)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (c)	(40.404)	(36.263)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (e)	(141.185)	(124.468)
Outras despesas operacionais	(15.462)	(1.419)

As partes relacionadas são compostas por: Banco Bradesco e Banco do Brasil:

- Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras.
- Os valores a receber se referem substancialmente aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores Banco do Brasil e Bradesco decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito.
- O saldo se refere a prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de direitos outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.
- Correspondem aos saldos referentes à emissão de debêntures privadas e cédula de crédito bancário “CCB”.
- Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes com o objetivo de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus à remuneração de 10 pontos base sobre o volume elegível. O volume elegível incluindo o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN (*Value Added Network*) e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.
- Corresponde a disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelo Bradesco e Banco do Brasil de transações realizadas com cartões por eles emitidos.

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

- g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto ao Banco do Brasil e Bradesco, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- h) Benefícios contratados com Banco do Brasil e Bradesco (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência complementar).

Principais transações com partes relacionadas

Participação de credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Companhia é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Companhia participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Companhia remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores e demais instituidores de arranjos ("Bandeiras").

Em decorrência da participação nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo mantém acordos para realização de campanhas de marketing, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (*"Value Added Network – VAN"*) e prestador de serviço de rede (*"PSR"*)

A Companhia detém contratos de serviço com a Alelo Instituição de Pagamento S.A. Tais serviços incluem captura, transmissão, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de *"back office"* operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Companhia mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de *"cash management"*
- Seguros contratados
- Cartão de crédito corporativo
- Serviço de pagamento a fornecedores
- Concessão de pontos Livelo
- Serviços de representação junto à CIP
- Escrituração de ações da Companhia
- Serviços operacionais - programa de emissão de ações
- Serviços de escrituração e gestão de títulos e valores mobiliários
- Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

29 Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“*Chief Operating Decision-Maker - CODM*”).

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Desta forma, o Grupo detém dois tipos de negócios: (i) prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos, credenciamento de estabelecimentos comerciais e serviços correlatos e (ii) gestão de transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, dentre elas a emissão de cartões, gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações, o pagamento de tarifas às bandeiras e arranjos de pagamentos, e outros serviços correlatos à gestão de contas de pagamentos.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base em métricas diversas, tais como, Receita Líquida, Lucro antes do Impostos, Lucro Líquido, entre outras, que, em alguns casos é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das Informações Contábeis Consolidadas.

Com relação às informações sobre a área geográfica, a Companhia possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, por meio de sua controlada Cielo USA (MerchantE até abril de 2022)

O quadro abaixo reflete as aberturas das demonstrações do resultado em: Cielo Brasil (empresas controladas, diretamente ligadas a operação da Cielo), que consolidam as operações das empresas Cielo, Servinet, Aliança, FIDC’s e Stelo e computam o resultado de equivalência patrimonial das empresas Orizon (até janeiro de 2021) e Paggo. “Gestão de contas de pagamento” corresponde às operações da controlada Cateno e “demais empresas” correspondem ao resultado das controladas Cielo USA, M4U e MerchantE (até novembro de 2021 e abril de 2022, respectivamente).

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

	31/12/2022				31/12/2021			
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Mercado Interno	6.189.854	3.934.281	-	10.124.135	4.965.020	3.237.944	1.113.653	9.316.617
Mercado Externo	-	-	568.971	568.971	-	-	2.368.824	2.368.824
Receita operacional líquida	6.189.854	3.934.281	568.971	10.693.106	4.965.020	3.237.944	3.482.477	11.685.441
Custo dos serviços prestados	(2.951.161)	(1.894.084)	(460.554)	(5.305.799)	(2.583.749)	(1.680.538)	(2.959.841)	(7.224.128)
Depreciação e amortização	(523.182)	(386.322)	(53.451)	(962.955)	(503.183)	(387.835)	(172.115)	(1.063.133)
Lucro Bruto	2.715.511	1.653.875	54.966	4.424.352	1.878.088	1.169.571	350.521	3.398.180
Despesas operacionais	(1.411.518)	(228.858)	(80.267)	(1.720.643)	(1.170.940)	(263.364)	(1.817.101)	(3.251.405)
Depreciação e amortização	(14.246)	(2.245)	(2.232)	(18.723)	(15.269)	(1.834)	(25.876)	(42.979)
Lucro Operacional	1.289.747	1.422.772	(27.533)	2.684.986	691.879	904.373	(1.492.456)	103.796
Resultado financeiro	(449.797)	111.502	(48.005)	(386.300)	(43.267)	49.006	(83.742)	(78.003)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	839.950	1.534.274	(75.538)	2.298.686	648.612	953.379	(1.576.198)	25.793
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.704)	(523.569)	(23.733)	(584.006)	(73.146)	(326.594)	56.908	(342.832)
Lucro líquido (prejuízo)	803.246	1.010.705	(99.271)	1.714.680	575.466	626.785	(1.519.290)	(317.039)
Atribuído a:								
Acionistas controladores	803.246	707.493	(99.271)	1.411.468	575.466	438.750	(1.519.290)	(505.074)
Acionistas não controladores	-	303.212	-	303.212	-	188.035	-	188.035

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 31 de dezembro de 2022 e 31 de 2021:

	Saldos patrimoniais			
	Cielo Brasil	Gestão de Contas de Pagamentos	Demais Empresas	Consolidado
Total do saldo patrimonial em 31/12/2022	99.535.967	10.244.407	4.444	109.784.818
Total do saldo patrimonial em 31/12/2021	84.685.127	10.982.429	4.626.445	100.294.001

30 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	31/12/2022	31/12/2021
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	136.078	14.474
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(30.469)	196.908
Benefício pós-emprego	3.310	901
Juros sobre o capital próprio propostos	239.000	235.760

Cielo S.A. - Instituição de Pagamento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento, inundação e ataques cibernéticos)	213.277
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	193.653
Transporte de equipamentos de captura de transações por viagem/evento (limitada a 1.700.000)	2.500
Frota de veículos	1.005

32 Aprovação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de janeiro de 2023 e autorizadas para emissão.

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento,

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado Demonstrações Contábeis Consolidadas, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Barueri, 23 de janeiro de 2023.

FELIPE GUIMARÃES GEISSLER PRINCE

Presidente do Conselho Fiscal

HERCULANO ANÍBAL ALVES

MARCOS APARECIDO GALENDE

RAPHAEL MANHÃES MARTINS

THOMPSON SOARES PEREIRA CÉSAR

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento,

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as propostas da Administração a serem encaminhadas à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia acerca da **(a)** destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 (“Exercício de 2022”) e **(b)** do orçamento de capital para o exercício de 2023, por unanimidade, opinaram favoravelmente acerca das propostas ora apresentadas, estando as referidas em condições de serem apreciadas e deliberadas pela Assembleia Geral da Companhia, nos termos abaixo descritos:

“A destinação do lucro líquido da Companhia referente Exercício de 2022, no montante de R\$ 1.569.527.300,53 (um bilhão, quinhentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil e trezentos reais e cinquenta e três centavos), bem como do orçamento de capital para o exercício de 2023:

***(a)** distribuição de proventos, ad referendum da Assembleia Geral, no montante total de R\$ 677.196.807,44 (seiscentos e setenta e sete milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentos e sete reais e quarenta e quatro centavos). Tais proventos foram distribuídos, a título de juros sobre capital próprio (“JCP”), conforme o cronograma abaixo:*

***(i)** Proventos referentes ao 1º trimestre de 2022, pagos em 24 de maio de 2022, no montante de R\$ R\$ 65.137.798,51 (sessenta e cinco milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e um centavos), a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada 03 de maio de 2022;*

***(ii)** Proventos referentes ao 2º trimestre de 2022, pagos em 23 de setembro de 2022, no montante de R\$ 224.209.361,79 (duzentos e vinte e quatro milhões, duzentos e nove mil, trezentos e sessenta e um reais e setenta e nove centavos) a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração em 02 de agosto de 2022;*

***(iii)** Proventos referentes ao 3º trimestre de 2022, pagos em 24 de novembro de 2022, no montante R\$ 148.849.647,14 (cento e quarenta e oito milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos), a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de outubro de 2022;*

***(iv)** Proventos referentes ao 4º trimestre de 2022, a serem pagos em 27 de janeiro de 2023, no montante de R\$ 239.000.000,00 (duzentos e trinta e nove milhões de reais), a título de JCP, deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de dezembro de 2022;*

***(b)** retenção do montante de R\$ R\$ 892.330.493,09 (oitocentos e noventa e dois milhões, trezentos e trinta mil, quatrocentos e noventa e três reais e nove centavos) .*

O montante a ser retido terá como finalidade, principalmente, o fortalecimento do caixa da Companhia para fazer frente às necessidades de capital de giro, conferindo assim maior robustez e estabilidade financeira, com vistas a viabilizar (i) a expansão dos produtos de prazo projetada para o ano fiscal de 2023 e (ii) os investimentos em tecnologia e demais insumos necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia, incluindo aquisição de terminais POS.

O prazo de duração do orçamento de capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, estando a presente proposta de destinação refletida nas demonstrações financeiras elaboradas pela administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Por fim, não haverá destinação de lucro à reserva legal neste exercício social, tendo em vista que o valor que constitui tal reserva já atingiu o seu limite, correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 e do art. 30 do seu Estatuto Social.”

Barueri, 23 de janeiro de 2023.

FELIPE GUIMARÃES GEISSLER PRINCE
Presidente do Conselho Fiscal

HERCULANO ANÍBAL ALVES

MARCOS APARECIDO GALENDE

RAPHAEL MANHÃES MARTINS

THOMPSON SOARES PEREIRA CÉSAR

The background of the entire page is an aerial photograph of a city, likely São Paulo, taken at dusk or dawn. The city is densely packed with buildings, and the sky is a deep blue. In the upper left, there are large, overlapping circles in shades of blue and white, which are part of the Cielo logo design.

Relatório Anual do
Comitê de Auditoria
Janeiro/2023

Relatório Anual do Comitê de Auditoria – Exercício Social de 2022

1. Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”) é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria-Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovado em 08 de dezembro de 2022 (“Regimento Interno”), o Comitê é composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 02 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo que, pelo menos 01 (um) deles deverá ser membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Atualmente, o Comitê é composto por 05 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 25 de maio, 29 de junho, 27 de julho e 24 de agosto de 2022, com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei nº 6.404/76 referentes ao exercício social de 2023.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. Durante o exercício social de 2022, o Comitê realizou as 04 (quatro) sessões ordinárias e mais 11 (onze) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, auditoria interna, auditores independentes, além dos diretores, superintendentes e executivos de outras áreas da Companhia.

Importante destacar que os membros do Comitê, em todas as reuniões, se reuniram com o líder da auditoria interna da Companhia, bem como em 08 (oito) reuniões com os auditores independentes e 01 (uma) reunião com o CEO da Companhia.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, anualmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê, o plano de trabalho da auditoria interna e uma visão abrangente sobre as denúncias registradas no Canal de Ética.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2022, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas: **(a)** acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações contábeis, bem como das informações contábeis intermediárias da Companhia; **(b)** recomendação acerca das demonstrações contábeis, acompanhadas dos Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, conforme aplicável; **(c)** recomendação acerca das informações contábeis Consolidadas (IFRS) e informações contábeis individuais e consolidadas (COSIF), acompanhadas dos Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR; **(d)** acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais; **(e)** discussão acerca do teor das cartas de controles internos emitidas pelos auditores independentes das sociedades controladas pela Companhia; **(f)** recomendação da contratação da auditoria independente para auditoria das demonstrações contábeis das sociedades controladas da Companhia e para asseguarção do relatório de sustentabilidade e inventário emissão de gases de efeito estufa; **(g)** análise e discussão dos relatórios dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e dispositivos legais e regulamentares, elaborados em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, bem como acompanhamento dos planos de ação para a resolução das questões apontadas; **(h)** recomendação do plano de trabalho da Auditoria Interna e do relatório anual de auditoria interna, bem como do seu orçamento e deste Comitê; **(i)** discussão e acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna, incluindo trabalhos especiais voltados ao atendimento às disposições do Bacen e ao Balcão de Recebíveis,

bem como o sistemático acompanhamento do status dos planos de ação; **(j)** acompanhamento do reporte das denúncias recebidas através do Canal de Ética; **(k)** discussão dos principais aspectos dos Relatórios Semestrais da Ouvidoria da Companhia; **(l)** acompanhamento periódico das ações relacionadas à gestão integrada de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes e Vice-presidência de Riscos, Compliance, Prevenção a Fraude e Segurança; **(m)** acompanhamento dos principais incidentes ocorridos e tentativas de ataques de Cyber Security; **(n)** discussão e recomendação sobre as ações realizadas e previstas no âmbito do plano diretor de segurança e plano diretor de privacidade da Companhia, bem como os posteriores ajustes; **(o)** realização de avaliação formal do desempenho dos Auditores Independentes, bem como discussão acerca dos resultados apurados; **(p)** recomendação das propostas de ajustes às políticas Institucionais da Companhia; **(q)** acompanhamento da estrutura de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (“PLD”) anual e o rating BACEN PLD 2021; **(r)** acompanhamento da implementação/execução dos planos de ação decorrentes dos resultados de inspeções regulatórias, quando aplicável; **(s)** acompanhamento periódico de ofícios e/ou comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respostas apresentadas; **(t)** análise de aspectos gerais da estrutura de *funding*, metodologias, estruturas e modelos de precificação de produtos de prazo da Companhia; e **(u)** realização de sessão executiva com o CEO da Companhia.

2. Demonstrações Contábeis, Individuais e Consolidadas, Semestrais e Anuais e Demonstrações Contábeis Consolidadas Anuais referentes ao Exercício Social de 2022.

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das **(a)** demonstrações contábeis individuais e consolidadas Semestrais e Anuais, elaboradas de acordo com o padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) (“COSIF”) e normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e regulamentações complementares do BACEN, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração; e **(b)** demonstrações contábeis consolidadas anuais, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração e, tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício social de 2022, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as referidas demonstrações contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 23 de janeiro de 2023.

Aldo Luiz Mendes

Coordenador do Comitê de Auditoria

Jânio Carlos Endo Macedo

Membro do Comitê de Auditoria

Jorge Andrade Costa

Membro do Comitê de Auditoria

José Avelar Matias Lopes

Membro do Comitê de Auditoria

Paulo Henrique Andolhe

Membro do Comitê de Auditoria

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") ("Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2022 - IFRS").

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (“Demonstrações Contábeis Consolidadas de 2022 - IFRS”), sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA O ORÇAMENTO DO CAPITAL

Prezados Acionistas,

O Conselho de Administração da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento (“Companhia”), para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 06 de março de 2023, a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2023 (“Orçamento de Capital”):

(a) retenção do montante de R\$ 892.330.493,09 (oitocentos e noventa e dois milhões, trezentos e trinta mil, quatrocentos e noventa e três reais e nove centavos) do lucro líquido do Exercício de 2022, que somado ao valor remanescente da reserva de lucros existente, no importe de R\$ 3.402.987.382,89 (três bilhões, quatrocentos e dois milhões, novecentos e oitenta e sete mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos) em 31 de dezembro de 2021, totalizará R\$ 4.295.317.875,98 (quatro bilhões, duzentos e noventa e cinco milhões, trezentos e dezessete mil, oitocentos e setenta e cinco reais e noventa e oito centavos).

O montante retido com base no orçamento de capital terá como finalidade, principalmente, o fortalecimento do caixa da Companhia para fazer frente às necessidades de capital de giro, conferindo assim maior robustez e estabilidade financeira, com vistas a viabilizar **(i)** a expansão dos produtos de prazo projetada para o ano fiscal de 2023 e **(ii)** os investimentos em tecnologia e demais insumos necessários ao desenvolvimento das atividades da Companhia, incluindo aquisição de terminais POS.

O prazo de duração do Orçamento de Capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, estando a presente proposta de destinação refletida nas demonstrações financeiras elaboradas pela administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Barueri, 26 de janeiro de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIELO S.A – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO